

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-
MESTRADO**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA
A VISÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

KÁTIA CARVALHO FIGUEIREDO

CONSULTA LOCAL

FLORIANÓPOLIS

2000

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-
MESTRADO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia - Programa de Pós Graduação- Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina como requisito básico para a obtenção do grau de mestre em Psicologia.

Orientador: Dr. Brígido Vizeu Camargo

Florianópolis

2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA: A VISÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Kátia Carvalho Figueiredo

Dissertação defendida como requisito básico para obtenção de Grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, Área de Concentração: Psicologia e Sociedade e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Prof. Dr. José Carlos Zanelli
Coordenador do Curso

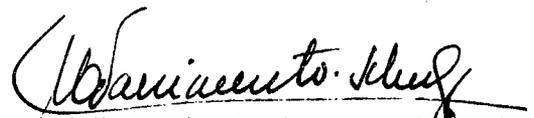
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Brígido Vizeu Camargo (UFSC)
Orientador



Prof.ª Dr.ª Marli Palma de Souza (UFSC)



Prof.ª Dr.ª Clélia Maria Nascimento-Schulze (UFSC)

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM, 30/06/2000.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado – UFSC, em especial à Janete pelo apoio e orientações recebidas.

Ao Professor Brígido pela orientação e colaboração.

Às escolas e estudantes que se dispuseram a participar da pesquisa, pela contribuição fundamental a este estudo.

À Divisão da Criança e Adolescente, à equipe de Psicologia e ao Programa SOS Criança.

Aos meus pais e avós pelo amor, apoio e incentivo que sempre me ofereceram.

Ao Walney pelo amor, apoio, companherismo e paciência nas intermináveis correções deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo	v
Abstract	vi
Introdução.....	01
PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO	04
1.1 – As diferentes acepções do termo violência	04
1.2 – A história da criança e do adolescente no Brasil	08
1.3 – O contexto familiar	17
1.4 – A violência contra criança e adolescentes	27
1.5 – Contribuições da Psicologia Social	36
1.6 – A teoria das representações sociais.....	38
PARTE II – METODOLOGIA	51
PARTE III – ESTUDO DESCRITIVO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	58
PARTE IV – AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA.....	79
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118
ANEXOS	124

RESUMO

A violência é um fenômeno que permeia nossa sociedade, estando presente em todos os seus segmentos. O objetivo desta pesquisa foi conhecer as representações sociais sobre a violência de crianças e adolescentes. Entender sua compreensão torna-se fundamental para subsidiar programas de atendimento e prevenção de violência contra crianças e adolescentes no âmbito doméstico. Realizamos uma análise documental de registros de denúncias do Programa SOS Criança – Florianópolis, a partir da seleção aleatória de 165 denúncias referentes ao ano de 1997, envolvendo crianças de 7 a 11 anos (60%) e adolescentes de 12 a 18 anos (40%). Do total, 52,7% das vítimas são do sexo masculino e 47,3% do sexo feminino. Verificamos que as famílias menores são as mais vulneráveis às situações de violência. As familiares nucleares predominam, seguidas das monoparentais chefiadas pela mãe. A violência física é a mais denunciada, tendo a mãe como principal agressora. Os agressores atribuem enquanto motivo da violência os problemas de comportamento da criança e adolescente, o que sugere diferenças entre as representações sociais de violência presente nas instituições que protegem a criança e adolescente e a compartilhada por aqueles envolvidos na denúncia. Aparece também a associação de violência como método educativo/disciplina. Analisamos também redações a cerca de violência de 128 crianças, sendo 66 estudantes de escola pública e 62 de escolas particulares. As redações foram transcritas e verificadas através do programa de análise de dados textuais- ALCESTE. As redações apresentaram representações sociais de violência abrangentes principalmente nos estudantes de escolas particulares, geralmente observadas através da mídia. Já os estudantes de escola pública relatam situações de violência que evidenciam o contato direto com elas. As representações sociais dos estudantes demonstram-se relacionadas aos locais onde a violência ocorre: casa, escola, rua, cidade, bares, trânsito; e os atores nela envolvidos: alunos, adolescentes, familiares, times. Os estudantes também relacionam a violência com o uso de drogas lícitas e ilícitas e muitas vezes manifestam a intensidade das situações ao mencionar as palavras morte ou matar. A polícia também foi evidenciada, porém com sentido ambíguo, ora como segurança, ora como autores de violência. As redações mostram que a violência doméstica é uma realidade vivenciada pelos estudantes. Estes assumem uma postura contrária a prática de violência, inclusive propondo alternativas para sua intervenção. Dar voz as crianças e os adolescentes, parece-nos importante visto que suas representações sociais determinarão as práticas sociais futuras. Aos programas de atendimento às vítimas de violência fica evidente a necessidade de estabelecer uma mesma linguagem com seus usuários, além de estabelecerem diretrizes a partir da realidade por eles vivenciada.

Palavras chave: violência, criança, adolescente, representação social.

ABSTRACT

The violence is a phenomenon that permeates our society. The purpose of this research was to know the social representations about violence against children and adolescents. To understand its comprehension becomes fundamental to support social programs that help and prevent violence against children and adolescents in a domestic environment. We accomplished a documental analysis about records of accusations of the "Programa SOS Criança - Florianópolis", from a selection at random of 165 accusations referring to the year of 1997, that involve children from 7 a 11 years old (60%) and adolescents from 12 to 18 years old (40%). Of this total amount 52,7% refer to male victims and 47,3% to female victims. We perceived that the smaller families are the most vulnerable ones in relationship to the situations of violence. The nuclear families are predominant in quantity, followed by the monoparental ones, where the mother is the head. The physical violence is the most denounced among others, when the mother is the main aggressor. The aggressors attribute their reasons to the problem of behaviour of the children and adolescents, and this fact suggests differences between the social representations about violence that are present in the institutions that help children and adolescents and those ones that are shared by those people involved in the accusations. Another feature is the association of violence and pedagogic-methods/discipline. We also analysed essays about violence of over 128 children, 66 of them are public school students and 62 are private school students. These essays have been transcribed and analysed through the analysis program of text data called ALCESTE. The essays showed social representations of violence referring specially to the private school students, observed to the media. On the other hand, public school students refer to situations of violence that make evident a direct contact with them. The social representations of the students show the relationship with the places where they happen: home, school, street, city, pubs, traffic, etc., and the people involved in it.; students, adolescents, family members, groups, etc. . The students also referred to the violence associated with the use of illegal and legal drugs and sometimes they show the intensity of the situations when they mention some words like "death" and "kill". The police was also mentioned, but in an ambiguous way, either as protector or as violence author. The essays show that the domestic violence is a reality that they live everyday. They assume an opposite position against the violence and propose preventive options against it. Give them a chance to be heard about the many faces of this problem seems to be very important, because their social representations will determine social practices in the future. To the helping programs concerning about victims of the violence it is clear the necessity of using the same language of the users and establishes principles starting from the reality they used to live in.

Key words: violence, child, adolescent, social representations.

INTRODUÇÃO

O termo “violência” se origina do latim *violentia*, ato de violentar, constrangimento físico ou moral, ao qual se pode acrescentar a coação ou coerção psicológica. A violência é uma peculiaridade do viver social, depende da capacidade do homem de adaptar-se aos constantes processos de transformação para a manutenção da sociedade num relativo estado de equilíbrio, gerando o emprego da força física ou agressividade para solucionar problemas.

Temos a idéia de que convivemos numa época marcada pela violência. No entanto, se olharmos através da história veremos que a violência sempre existiu nas diversas civilizações, manifestada de maneira diferenciada conforme o contexto na qual se insere. Mas, atualmente nos preocupamos com a dimensão que esse fenômeno humano e sobretudo social vem se desenvolvendo. Trata-se de um fenômeno multidimensional e que merece abordagens e pesquisas de várias áreas. Esta dissertação pretende fornecer subsídios para a sua discussão, sem intenções de esgotar o assunto.

Na busca de obter explicações e soluções, acreditamos que a compreensão da violência supõe que se conheçam os significados para os indivíduos do que consiste uma situação violenta. Significados que se fundamentam num sistema de normas e valores, determinando a atribuição que cada pessoa envolvida fornece ao ato violento.

A violência parece permear diversos setores da sociedade: família, escola, locais públicos, trabalho, etc., e qualquer cidadão está sujeito a ela. Esta dissertação limitar-se-á a pesquisar a violência contra crianças e adolescentes que ocorre no âmbito doméstico, retratando uma face deste fenômeno abrangente.

Nossa experiência profissional sempre esteve relacionada à criança e adolescente, seja na atuação educacional e social, no atendimento à denúncias de violência ou em orientação e apoio sócio-familiar. Preocupava-nos o fato dos programas de atendimento carecerem de pesquisas científicas sobre o tema da violência contra a criança e adolescente. Ainda, verificamos que não era proporcionado à criança ou adolescente emitir seu ponto de vista como cidadãos de direito, vistos na maioria das vezes na condição de vítima. E, acreditamos que para um trabalho de prevenção acerca da violência, seja ela familiar ou não, torna-se imprescindível entender as suas representações sociais para através delas estabelecer diretrizes de atendimento.

O objetivo geral da pesquisa foi estudar e identificar representações sociais das crianças e adolescentes sobre a violência, focalizando-a no âmbito doméstico. Desta forma, verificamos através de uma análise documental os aspectos das denúncias de violência contra crianças e adolescentes no município de Florianópolis do Programa SOS Criança, visando mapear as principais características que podem contribuir para sua melhor compreensão. No entanto, as denúncias refletem apenas uma parcela deste fenômeno, pois estima-se que uma em cada quatro situações de violência contra a criança e adolescente seja denunciada.

Também analisamos redações sobre violência de 128 crianças e adolescentes sendo 66 estudantes de escola pública e 62 de escolas particulares. Essa análise pretende entender como eles representam a violência enfrentada em seu cotidiano e verificar de que maneira elas podem determinar suas práticas sociais. Acreditamos que possamos fornecer indicações ao atendimento às vítimas de violência através do entendimento das crianças e adolescentes. Pois, na maioria das vezes, estes não são considerados como sujeitos com conhecimentos, opiniões passíveis de contribuir na transformação de práticas sociais.

Neste estudo, consideraremos como criança a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela e com idade entre doze e dezoito anos, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente, artigo 2º, livro I, Parte Especial, p.9.

Na primeira parte, apresentaremos a fundamentação teórica da pesquisa. A segunda parte envolve a metodologia utilizada. Na terceira parte, relataremos o estudo descritivo da violência contra a criança e adolescente através da pesquisa documental e na quarta parte envolvemos as representações sociais sobre a violência dos estudantes. Por último, apresentamos nossas conclusões, seguidas do referencial bibliográfico e anexos.

PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 As diferentes acepções do termo violência

O tema violência é complexo e bastante abrangente, podendo ser compreendido de diversas maneiras. Na verdade, os autores que abordaram o assunto da violência, detiveram-se a fenômenos distintos sob uma mesma designação.

Numa rápida consulta ao dicionário da língua portuguesa (Ferreira, 1986), observa-se uma primeira aproximação com o termo violência, que segue :

“violência – qualidade de violento, ato violento, ato de violentar; constrangimento físico ou moral, uso da força, coação.” (p.1779).

Arendt (1994), por exemplo, uma estudiosa sobre o assunto, analisa a questão da violência a partir do Estado. Procura distinguir poder, fortaleza, força, autoridade, violência, sempre enfocando o autoritarismo, tirania e totalitarismo.

Já Odália (1991), ressalta que a violência sempre esteve presente na sociedade, aparecendo em várias faces. Coloca que a violência...

“ não se exercita simplesmente como uma defesa para a sobrevivência; ela se delineaia diferentemente, recobre-se de formas sutis. Ela deixa de ser uma agressividade necessária frente a um universo hostil. Ela de alguma forma se enriquece, pois perde sua forma natural de defesa para ser decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar sua vida em comum com outros homens. Ela aparece também nos fantasmas que o homem cria em seu processo civilizatório; buscando respostas às coisas desconhecidas que interroga, faz delas violências e lhes responde freqüentemente com violências.” (p.14).

Michaud (1989), analisa as contradições e ambigüidades do conceito de violência, porém salienta que a idéia de força designa uma série de comportamentos e ações. Assim, afirma que a violência não pode ser desvinculada da realidade social bem como dos critérios, normas e valores da sociedade.

“No entanto, uma força assume sua qualificação de violência em função de normas definidas que variam muito, e desse ponto de vista, pode haver tantas formas de violência quantas forem as espécies de normas.(...) Como dano físico, a violência é facilmente identificável; como violação de normas, qualquer coisa pode ser considerada como violência.” (p.8 e 10).

Ainda, encontramos autores (Oliveira, Lippi, Costa,1995) que observam estar a violência em nosso país ligada a forma de distribuir o poder. O resultado do processo de desenvolvimento do Brasil, agravado por problemas econômicos , expõe as pessoas à episódios e situações limites fornecendo a força como padrão de resposta. A violência torna-se solução em situações de conflito.

Chauí (1986) também analisa a sociedade brasileira como autoritária refletindo relações de dominação e submissão. Afirma:

“É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, ainda que alguém superior numa relação possa tornar-se inferior em outra, dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais. Todas as relações tomam a forma de dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural.”
(p.54).

A autora ressalta que na história das idéias éticas percebe-se que a violência sempre esteve presente, bem como as maneiras de evitá-la, diminuí-la, controlá-la. Fazendo com que as diferentes culturas instituíssem valores éticos como padrões de cultura e comportamentos sociais que pudessem garantir a integridade física e psíquica de seus membros.

“Quando uma cultura e uma sociedade definem o que entendem por mal, crime e vício, circunscrevem aquilo que julgam violência contra um indivíduo ou contra um grupo. Simultaneamente, erguem os valores positivos- o bem e a virtude- como barreiras éticas contra a violência. Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é a violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém.” (p.337).

Portanto, segundo a autora, existe violência em tudo que reduz a pessoa à condição de objeto, naquilo que não nos garante a condição de sujeitos. As normas éticas estabelecidas por cada sociedade, estariam impondo limites e controle ao uso de violência.

O crescimento, em nível mundial, do fenômeno da violência levou, na década de 90, a Organização Mundial de Saúde a adotar o tema como prioritário. Souza (1996), pesquisadora do Centro Latino-Americano de

Estudos sobre Violência e Saúde – CLAVES da Fundação Oswaldo Cruz, entende a violência como:

“... um fenômeno gerado nos processos sociais, que atinge o âmbito das instituições, grupos e indivíduos, sendo desigualmente distribuída, culturalmente delimitada e reveladora das contradições e das formas de dominação da sociedade.”(p.2).

Como muitos outros conceitos, a violência não possui um significado unívoco, sendo adequado defini-la nas dimensões de cada estudo especificamente.

Focalizaremos como objeto deste trabalho, a violência praticada contra a criança e o adolescente no âmbito doméstico denunciada no município de Florianópolis, e a representação social de violência daqueles que podem estar submetidos a esta.

1.2 A história da criança e adolescente no Brasil

No Brasil, somente na década de 80 a temática da violência emerge como um problema.

Irene Rizzini (1997), estuda a história da infância no último século, sobretudo o período entre 1870 a 1930. Segundo a autora, no século XIX,

o Brasil atravessa momentos históricos importantes na sua formação política e social, como a materialização de sua nacionalidade, o anseio emancipatório e o início da era industrial capitalista. Esses fatos desencadearam mudanças econômicas, políticas e sociais; onde o conceito de infância adquire uma dimensão social. Surge a idéia de reformar o país, proposta esta que logo adquiriu a dimensão ampla de “missão saneadora e civilizadora”(p.27). A criança passa a ser também uma questão de competência do Estado e não mais de caráter privado da família e da Igreja. Coloca a autora que:

"A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como "chave para o futuro", um ser em formação - "ductil e moldável" para ser transformado em homem de bem (elemento útil para o progresso da nação) ou num "degenerado" (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos)." (p.25).

Neste contexto, onde predominavam a ideologia evolucionista e positivista, as famílias tinham como dever educar seus filhos para que eles não se desviassem. Rizzini afirma que, através do estabelecimento desta concepção higienista e saneadora da sociedade, surge a necessidade de intervir nas classes menos favorecidas, consideradas foco de ociosidade, delinqüência e desordem, precisando ser moralizada. A prática de abandonar os filhos ou de não lhes dispensar cuidados

necessários, antes comum na Europa Medieval, passa a ser condenada e não tolerada. A autoridade paterna instituída pelo Direito Romano, perde seu caráter de intocabilidade, podendo ser regulado pelo poder público caso a família não esteja cumprindo adequadamente suas funções. A medicina higienista passa a atuar no âmbito doméstico mostrando às famílias como educar e "vigiar" seus filhos. A autora observa que :

"...a criança representava uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza. Descobrem-se na alma infantil, elementos de crueldade e perversão.[...] Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica- a do menor- que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou "em perigo de o ser"; pervertida ou "em perigo de o ser." (p.28 e29).

A partir desta problemática criam-se instituições médico-jurídico-assistencial com as funções de prevenção, educação, recuperação e repressão.

"Caberá a Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À filantropia- substituta da antiga caridade- estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos, em associação às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da

Assistência (pública e privada) nas três primeiras décadas do século XX. Com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: "salvar a criança" para transformar o Brasil."(p.30).

Em março de 1919, o Dr. Moncorvo Filho, criava à nível nacional o "Departamento da Criança no Brasil" com atendimento à população, prioritariamente as famílias pobres, com o objetivo de orientar as mães oferecendo cursos de puericultura e higiene, campanhas de vigilância sanitária nas escolas, etc. Essas medidas foram reconhecidas na segunda metade do século XIX, quando começaram a ganhar espaço na sociedade os debates sobre a higienização das cidades.

Em 1922, houve o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. A partir daí, surgiram as leis de proteção à infância nas primeiras décadas do século XX, como medidas estratégicas para educar o povo e sanear a sociedade. Também visavam prevenir a desordem, à medida em que ofereciam às famílias que não conseguissem "controlar" seus filhos a possibilidade de serem entregues a tutela do Estado. A solução que se propunha era retirar a criança de seu meio e educá-la para um país que se idealizava. Houve por parte do poder público, um investimento na família para que ela cumprisse o papel de mantenedora da ordem e guardiã da criança. Instituições são criadas para trabalhar com famílias empobrecidas atribuindo-lhes a tarefa de cuidar da criança como a escola e a igreja.

Ambas pretendiam ordenar política e socialmente a família, sem fazer qualquer referência à condição social da criança. Rizzini observa:

"A imagem da criança como barro a ser moldado, para o bem e para o mal, presta-se para justificar a necessidade de investir em educação."(1997, p.160).

Tanto na idéia da criança como perversa quanto de criaturas inocentes que devem ser protegidas, encontra-se a criança como centro de uma ação disciplinar, pois nela deposita-se a esperança de um futuro melhor, havendo necessidade de investir na sua formação.

A "Roda dos Expostos", instituição que acolhia crianças durante o século XVIII e início do século XIX, utilizando um mecanismo que impedia a identificação de quem ali as abandonava, passa a ser bastante criticado a partir da segunda metade do século XIX. Sua existência começa a ser questionada, pois representava um atentado moral contra a sociedade ao consentir uniões ilícitas, que resultavam em filhos ilegítimos, e permitia o abandono de crianças em épocas de crise e carestia. E, principalmente devido aos altos índices de mortalidade infantil nessas instituições, as condições de higiene desses locais, e pelos castigos aos quais eram submetidas as crianças abandonadas. Ainda, segundo Rizzini (1997), nesta mesma época os juristas começam a observar o aumento da criminalidade no país, e este fato era atribuído à família que não desempenhava adequadamente suas funções. Também era

evidenciado que o contato dos filhos com pais considerados “viciosos” poderia contaminá-los. Com isso, surge a necessidade de uma legislação específica que permitisse a livre tutela do Estado sobre a criança, considerando que o filho não era propriedade exclusiva da família, a paternidade poderia ser suspensa ou cassada, no momento em que se considerasse os pais como incapazes de manter controle sobre os filhos. Estabelecendo-se assim, uma associação entre crianças e criminalidade, infância e periculosidade.

A Justiça passa a desempenhar as funções de assistência e proteção da infância e da sociedade. O perigo eminente que a criminalidade representava para a sociedade era bastante discutido e divulgado em jornais que publicavam notícias sobre o abandono de crianças por famílias inescrupulosas e irresponsáveis. Rizzini (1997) evidencia que as ações da aliança Justiça e Assistência, focalizavam-se na organização da assistência à infância e no saneamento moral da sociedade e principalmente incidia sobre as classes menos favorecidas. A aliança torna a justiça e assistência,

“(...) politicamente viáveis ao servir a função regulatória de enquadrar os indivíduos, desde a infância, à disciplina e ao trabalho.” (Rizzini, 1997,p.207).

A Justiça de Menores no Brasil foi fundamentada no final do século XIX, centralizando suas ações na infância de camadas empobrecidas,

cujas famílias não conseguiam educar seus filhos de acordo com os padrões de moralidade vigentes. Essas crianças, passíveis de intervenção judiciária, passam a ser chamadas de “*menores*”. Após a proclamação da República, criam-se leis que regulamentam a atuação do Estado sobre a criança e a família, foram elaboradas “leis de proteção e assistência ao menor”, criados “tribunais para menores” e “liberdade vigiada” (sob tutela). Esse debate permaneceu até os primeiros anos do século XX, sempre centralizando-se na defesa da criança e da sociedade, sendo objeto de regulamentação sob a forma de projetos de lei apresentados entre 1906 e 1926, ano em que foi aprovado o Código de Menores, consolidando assim todas as propostas anteriores.

Observa-se neste período uma mudança na forma de perceber a infância, pois no século XIX, considera-se ser o período de desenvolvimento do indivíduo até que atingisse a maioridade, não havendo distinção entre a infância e adolescência. Já no início do século :

“...aparecem menções ao púbere, ao rapaz e à rapariga, normalmente associados ao problema da criminalidade. O termo delinqüência juvenil, que anos mais tarde será muito freqüente, tem no início do século, suas primeiras referencias. Além disso nota-se o uso corrente do termo menor dotado de uma conotação diferente da anterior: torna-se uma categoria jurídica e socialmente construída

para designar a infância pobre – abandonada(material e moralmente) e delinqüente. Ser menor era carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade.”(Rizzini,1997,p.222 e 223).

O Código de Menores refletia um atendimento paternalista e protecionista vigente na época. Ele permaneceu até a promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente- ECA em julho de 1990, através de Lei Federal nº 8069.O ECA coloca a criança e o adolescente como sujeito de direitos, preconizado pela proteção integral. Encontra respaldo em compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo governo brasileiro, influenciados pela Declaração Universal da Criança, e pela Declaração Mundial sobre a Sobrevivência (deliberada em Nova York no ano de 1990). A Constituição Federal de 1988 aborda a questão de proteção integral à criança, sendo dever a família, da sociedade e do Estado. O ECA expressa direitos e deveres, considera as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, garantindo seu desenvolvimento físico, psicológico e social. A efetivação desses direitos são assegurados no estabelecimento de políticas públicas. O Estatuto da Criança e Adolescente, evidencia um avanço jurídico e social, na medida em que procura organizar as formas de atendimento existentes. Quanto à política de atendimento, o ECA dispõe que ela será realizada a partir de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. Instaura a criação de Conselhos Tutelares, órgão permanente e autônomo,

não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente (artigo 101, Título V- Do Conselho Tutelar, capítulo I). Por sua vez, os conselheiros tutelares serão escolhidos pela comunidade, ou seja, são eleitos pelos representantes das entidades que prestam atendimento à criança e adolescente no município, e exercerá mandato de três anos. Em relação à violência contra a criança e adolescente declara:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado para a ação ou omissão aos seus direitos fundamentais. (Livro I, Título I, art. 5º, 1990, p.12).

Essa proteção passa a ser um dever social, e não apenas da família como anteriormente estabelecido. Esse fato coloca o Brasil como um dos primeiros países a adotar uma legislação de acordo com as normas internacionais e pioneiro na América Latina a estabelecer leis sobre a proteção da criança vítima de violência.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF publicou "A Infância Brasileira nos anos 90" (1998), onde analisou as condições de vida, promoção e proteção dos direitos da criança e adolescente nesta década. E, na área de violência contra a criança e adolescente, conclui que é escassa a literatura que trata da problemática no Brasil, dificultando a

capacitação dos profissionais que atuam na área.

"A violência doméstica é "naturalizada" como alguma coisa que sempre existiu, penalizando crianças, adolescentes e seus familiares. A socialização, nesse cenário, deriva na absorção do uso da força física como único instrumento para educar uma criança."(p.139).

1.3 O contexto familiar

A família pode assumir diversas configurações em sociedades e grupos distintos, por isso situá-la historicamente faz-se importante para compreendermos como se estabelecem as relações entre seus membros e como as situações de violência desenrolam-se no seu interior. A literatura antropológica aponta para a variabilidade das estruturas familiares, o que sugere ser a família uma instituição que foi construída socialmente, com caráter de mutabilidade. O modelo de família nuclear que parece natural, só consolidou-se no século XVIII. Segundo Ariés (1981), a família nuclear burguesa composta por pai, mãe e filhos apresentava uma complexa combinação de autoridade e amor parental. Ressalta que na aristocracia dos séculos XVI e XVII, não havia separação entre o público e o privado, constituía-se para a conservação de bens, pela reprodução, pela proteção da honra e prática de um ofício.

Com a ascensão da burguesia, ocorre a privatização da família, que passa a assumir a função de socialização. Deixa de ser unidade econômica e passa a estabelecer relações de afetividade entre o casal e os

filhos. Enquanto grupo separa-se do espaço público. Poster (1979) observa que nas famílias aristocráticas atribuía-se pouco valor à privacidade, domesticidade, cuidados maternos. Bruschini (1993) coloca que:

“A família camponesa tinha mais traços em comum com a aristocracia do que com a moderna burguesia. A unidade básica da vida camponesa não era a família conjugal, mas a aldeia. Casamento, relações entre marido e mulher e entre pais e filhos, tudo era compartilhado por todos os aldeões, pois a privacidade era desconhecida e sem valor. A autoridade e o amor estavam repartidos por ampla rede de parentes e aldeões, as relações entre pais e filhos não se caracterizavam por intimidade ou intensidade emocional. As sanções eram impostas com castigos físicos, em vez de ameaças de retirada de amor.

Na família burguesa o padrão emocional é definido pela autoridade restringida aos pais, profundo amor parental pelos filhos, uso de ameaças de retirada de amor, a título de punição, em vez de castigos físicos.”(p.53).

A família moderna parece delinear-se baseada na autonomia e disciplina, torna-se conjugal, nuclear e doméstica. Tende a ser um lugar de acolhimento do indivíduo, de abrigo e defesa. Enquanto grupo, a

família torna-se um espaço mais privado e atribui à figura do pai a autoridade e respeito. O filho, no século XIX, destaca-se ocupando um lugar central na família. A infância passa a ser percebida socialmente, enquanto produtora, reprodutora, de crianças cidadãos e futuro da nação. No entanto, as relações entre pais e filhos divergem no campo e na cidade, nas quais as manifestações afetivas variam de acordo com as normas sociais, valores religiosos e políticos.

Ainda no século XIX, segundo Áries (1997) subsistem os castigos físicos com a utilização de varas e açoites de corda, porém reprovados socialmente. Nos internatos e estabelecimentos públicos, o Estado intervém e evidencia a necessidade de não bater nas crianças. As instituições religiosas foram as últimas a abandonarem o uso da palmatória, principalmente nas classes populares. Áries coloca que no campo e nas classes populares o uso de castigos físicos era bastante empregados aos filhos, desde que não ultrapassem certos limites.

“No fundo de tudo isso encontra-se uma série de representações: a de uma força rebelde a ser domada, a dureza da vida que deve ser aprendida. “serás um homem, meu filho.” A idéia de virilidade é carregada de violência física”.(p.159).

No Brasil, Freire (1977), iniciou a tentativa de conceituar a família. Traça um perfil da família brasileira no período colonial, descrevendo a

família como patriarcal rural, escravista e monogâmica. Mas, este modelo retrata a idealização do padrão estabelecido de família, representativo da classe dominante. Almeida (1987), observa que o modelo retratado por Freire, surge como uma representação da família brasileira, delineando os padrões sociais vigentes, colocando-a como um grupo estruturado numa hierarquia patriarcal:

“...como uma estrutura de relações entre desiguais: pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo, senhor e agregado e assim por diante. (...) A brandura da intimidade entre “superiores” e “inferiores”, amortece o conflito inerente à situação de desigualdade social”(p.16 e17).

Samara (1981), também contesta que o modelo de família abordado por Freyre retratasse o cotidiano do início do século XIX, pois baseada em dados de recenseamentos e testamentos, concluiu que apresentava-se com estrutura nuclear e com número reduzido de filhos. De acordo com essa pesquisa, o casamento devido a união de interesses era representativo de uma classe favorecida, e nas demais as uniões consensuais e os filhos ilegítimos eram freqüentes.

Com o início da industrialização, abolição da escravatura e movimentos de imigração, a família passa de extensa para conjugal, com privilégio das funções afetivas. Entre pais e filhos passa a existir mais

intimidade, e conseqüentemente, diminui a prática de infringir castigos corporais. Bruschini (1993) observa que apesar das mulheres passarem a exercer atividades remuneradas em maior número, ainda é considerada como educadora dos filhos ensinando-lhe valores da sociedade para que possam desempenhar seus papéis. Reproduz assim, a ideologia dominante, e estereótipos sexuais dos quais também é vítima. Nas décadas de 50 e 60, a preocupação com as relações familiares não mostrou-se expressiva. Porém na década de 70, com o feminismo surge o questionamento da estrutura opressiva da família e aparecem propostas de mudança, a partir de estudos sobre a condição feminina. Segundo a autora, o feminismo no entanto, contribuiu para repensar o modelo patriarcal e opressivo de família. Explica:

“Para muitas mulheres, mesmo tendo clara a concepção de sua subordinação, a melhor estratégia sempre foi a da vivência em família. Para outras, a família pode ser mais do que um espaço de opressão ou de conflito; pode ser também o lugar por excelência do relacionamento afetivo.”
(p.73).

No entanto, existem várias formas de definir a família, devido a multiplicidade de dimensões contidas neste grupo social, e foram estudadas de maneiras distintas. Na década de 50, a literatura sociológica predominantemente através da teoria funcionalista, considerava a família

como agência socializadora e desempenhando funções que concentravam-se na formação da personalidade dos indivíduos. Enfatiza a relação mãe e filho principalmente nos primeiros anos de vida da criança. Seu principal expoente foi Talcott Parsons, o qual propõe que os adultos devam desempenhar papéis diferenciados, assimétricos e complementares, estabelecendo modelos masculinos e femininos definidos.

Na literatura marxista, o tema família não foi muito abordado. Engels considerou a família como um grupo social voltado para a reprodução das forças de trabalho, no qual os membros femininos eram responsáveis pela produção de valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção dos valores de troca com a venda de sua força de trabalho no mercado. Outra vertente da sociologia, a Escola de Frankfurt, tendo como representantes Adorno e Horkheimer, consideravam a família como agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos. Criticam o papel conservador deste grupo social, principalmente como elemento de dominação, através da autoridade do pai sobre o filho. Consideram a família como lugar de adestramento para a adequação social, a criança aprende a ter respeito pela autoridade do pai, através da idealização da figura paterna. Dentro desta perspectiva Bruschini (1993) comenta:

“A família é a matriz dos mecanismos da internalização da submissão mas pode se converter também no local de oposição à tirania, pois está submetida a uma

dupla dinâmica social: por um lado, o desequilíbrio entre o indivíduo e as potências totalitárias leva-o freqüentemente a buscar uma espécie de repouso, retraindo-se no seio da família. Mas, por outro, ao mesmo tempo a família é atingida no seu interior: “a progressiva socialização significa registro e controle cada vez mais integrais dos instintos; mas as renúncias que disso derivam não se dão sem atritos, motivo pelo qual os impulsos reprimidos podem reagir por sua vez, de modo destrutivo, contra a família””.(p.59 e 60).

Nessa mesma vertente, Heller (1972) coloca a família como agência de reprodução ideológica, considerando o ambiente doméstico como produtor cotidiano de comunicação social que faz a mediação com valores, normas, hábitos. A vida cotidiana torna-se o espaço de surgimento, modificação, desaparecimento de idéias, atos e relações. A partir dessa aprendizagem, acredita-se que o indivíduo esteja apto à desenvolver relações sociais.

A antropologia, contribuiu para a desnaturalização e desuniversalização da família, retirando dele o foco biológico para centralizá-la no sistema de parentesco como um todo. Lévi-Strauss (1976) explicou os laços de parentesco como um fato social e não natural, assim as famílias se constituem a partir de alianças entre os grupos, possibilitada pelo princípio de troca e reciprocidade que, segundo o autor

é constitutivo das relações familiares. O autor não considera possível analisar a família através da unidade biológica, para se formar precisa de dois grupos que se casam fora de seu próprio grupo. O conjunto de regras relativas ao relacionamento sexual, o “tabu do incesto”, eram maneiras de garantir que as famílias não se fechassem em unidades auto-suficientes, apenas em famílias biológicas. Na definição de família oferecida através da antropologia, encontramos elementos comuns: regras proibitivas de relações sexuais entre parentes, divisão do trabalho baseada em gênero e casamento como instituição reconhecida.

Aparentemente, o fato da vida em família fazer parte da vida da maior parte das pessoas, faz com que exista uma falsa impressão de que haja uma única forma de ver a família. É inegável que ela seja influenciada por valores morais, religiosos, ideológicos, sociais. Pode-se dizer que a família é historicamente construída, e a dinâmica de cada uma tem relação com sua história e com as negociações cotidianas que ocorrem entre seus membros e destes com a sociedade.

Assim, a família deve ser vista sem considerar um modelo dominante, pois qualquer estrutura que se afaste deste padrão pode ser considerado erroneamente de desestruturado ou incompleto. O foco não deve estar na estrutura, mas na qualidade das inter-relações entre seus membros.

A violência no âmbito doméstico, revela famílias que podem ao mesmo tempo ser refúgio e segurança para crianças e adolescentes e um lugar que os coloca em risco pessoal e psico-social. A família parece ter

assumido o caráter punitivo ao penalizar muitas vezes com o uso da violência a violação de normas.

Na atualidade não podemos falar de família, e sim tentar abarcar na concepção de família a diversidade de arranjos familiares existentes na sociedade brasileira. Nesse sentido, o conceito de família de Mioto (1996) é pertinente. Esta autora define família como:

“...um núcleo de pessoas que convivem num determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.”
(p.120).

Porém, ao considerarmos este conceito não podemos deixar de reconhecer a dificuldade em conceber uma única definição. A família deve ser estudada como um local onde a criança/adolescente aprende a reconhecer-se como pessoa, como pertencente a um grupo através das relações ali estabelecidas.

Nesta dissertação consideraremos família, o grupo formado por pessoas através de consangüinidade, aliança e/ou afinidade durante um determinado espaço de tempo. Ainda, como um espaço que constrói e

rompe valores e significados herdados do passado e confrontados com o presente.

A capacidade de proteção das famílias para com seus membros depende da forma e significado que fornece às interações entre seus membros dentro da realidade em que vivem. As famílias enfrentam situações que muitas vezes, podem gerar desgastes, estresse, transformando-as em espaço de conflitos. Deste modo ocorrem comportamentos agressivos e destrutivos no contexto das relações familiares.

Romanelli, observa:

“Como grupo de convivência, a unidade doméstica é, na prática, elemento mediador essencial para disciplinar e orientar as possibilidades de concretização de aspirações e interesses individuais, dentro e fora da própria instituição. Por isso, a convivência familiar não é necessariamente harmoniosa, pautada que é pela emergência de anseios e de vontades individualizadas que com frequência, colidem com aquilo que é qualificado como interesse coletivo....Os focos de tensão e de atrito resultam, portanto, de inevitáveis divergências entre o que é estabelecido como objetivo grupal e os desejos individuais. Além disso, como na família a expressão de aspirações, sentimentos e emoções é mais livre do que no domínio público, a cena doméstica é carregada de tensões.”(1997,p.76).

Pretendemos nesta dissertação, compreender o contexto em que ocorrem as denúncias de violência contra a criança e adolescente no âmbito familiar em Florianópolis. Entender características presentes nos episódios denunciados, parecem fundamentais para contextualizar o fenômeno da violência. Ainda, procuramos apreender as representações sociais de violência para crianças e adolescentes, visando entender como a concebem e a enfrentam.

1.4 A Violência contra Crianças e Adolescentes

Apesar da divulgação cotidiana de notícias sobre violência praticada contra crianças e adolescentes em nossos dias, o fato não é recente. A retrospectiva histórica nos revela que a infância sempre esteve associada à violência. Porém vale ressaltar que essas práticas só tomaram a dimensão de violência com o decorrer dos séculos, através do reconhecimento da infância e adolescência como etapas fundamentais para o desenvolvimento bio-psico-social do ser humano.

Ariés (1981), um dos pioneiros no estudo da infância recorreu a iconografia e diários de algumas personagens históricas que delineavam a maneira como eram consideradas as crianças ao longo dos séculos. O

autor defende a idéia de que as atitudes em relação à infância foram marcadas pela indiferença onde as crianças eram tratadas como objetos nos quais não haviam grandes investimentos emocionais. Já nos séculos XVII e XVIII na sociedade ocidental surgem sentimentos de ternura e afetividade em relação à criança e no final do século XVIII aparecem demonstrações de autoridade e severidade aliadas à necessidade de educação e instrução. Ariés afirma que no século XIX, a sociedade coloca a criança num lugar central. Mas, em meados do nosso século, passa a existir novamente um sentimento de indiferença para com a infância onde se observava atitudes de intolerância e a falta de permissividade dos adultos em relação às crianças. De Mause (1991), historiador da infância, observa que:

"...a história da infância é um pesadelo do qual só recentemente começamos a acordar. Quanto mais longe vamos na história, mais baixo e deficiente é o nível de cuidados para com a infância, maiores são as probabilidades de morte, abandono, espancamento, abuso sexual..."(p.1).

De Mause nota que o infanticídio e o abandono das crianças estão presentes na história da humanidade. O autor verificou que havia um sentimento de ambivalência do tratamento em relação as crianças durante os séculos XIV à XVIII, ora eram tratadas livremente, sem exigências, ora deveriam seguir um conjunto de regras e normas pré-estabelecidas:

"...a partir do momento em que é permitido à criança entrar na vida emocional dos seus pais, surge também a necessidade de a moldar à imagem dos adultos, porque era encarada como um "recipiente" de projeções perigosas..."(p.52).

Para De Mause, o processo de socialização inicia no século XIX e meados do século XX em que:

"...criar uma criança era cada vez menos encarado como um domínio dos seus desejos e mais um treino desses desejos e de conduzir a criança no sentido de alcançar regras, valores e atitudes..."(p.33).

É notório que a noção de infância na antigüidade é substancialmente diferente do que as perspectivas contemporâneas. O século XIX aparece também como o período em que o fenômeno da violência doméstica de natureza física foi reconhecido e estudado em 1874 com a criação da Sociedade para Prevenção da Crueldade contra Crianças nos EUA. Datam também do século XIX as primeiras denúncias de maus tratos identificadas no campo da Medicina e são devidas à constatação de que algumas crianças que procuravam os hospitais apresentavam quadros clínicos contraditórios às justificativas apresentadas pelo pais.

Azevedo (1993) e Deslandes (1994), estudaram a violência contra

crianças e adolescentes e revelam que o pioneiro no estudo da violência doméstica foi o Dr. Ambroise Tardieu, presidente da Academia de Medicina de Paris, em 1860, publicando um trabalho sob o título "Étude médico-legale sur les services et mauvais traitements exercés sur des enfants". Em seu estudo, Tardieu analisa 32 casos sendo 18 mortes de crianças submetidas à sevícias, onde constata a utilização de punições severas ou torturas cometidas pelos pais ou responsáveis. Descreve também características dos pais agressores e associa a violência à questões sócio- culturais como por exemplo: o desemprego. No entanto, esse estudo não obteve a notoriedade merecida pois foi escrito na França governada por Napoleão III, época em que as universidades eram controladas politicamente, não havia liberdade de imprensa, a oposição política era reprimida. O trabalho de Tardieu por apresentar dados de uma realidade social que não era adequada ser discutida, não repercutiu nos meios científicos da época.

As autoras mencionam que no início do ano de 1961, durante um Encontro Anual da Academia Americana de Pediatria, Dr. Henry Kempte e seus colaboradores procuram definir a problemática da violência contra crianças, marcando o início dos trabalhos científicos na área. O Dr. Kempte apresentou a definição dos sintomas e fatores indicativos de que a criança estaria sendo vítima de violência, o qual denominaria "Síndrome da Criança Espancada". Ainda que, sua definição tivesse um cunho clínico, Kempte também sugeria que as psicopatologias dos pais fossem determinantes nas causas de abuso e negligência das crianças.

Como resultado deste estudo, o Estado Americano entre 1963 e 1967 elaborou uma legislação que tornava obrigatório a notificação de casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Em 1965, o Dr. Kempte amplia seus trabalhos, envolvendo crianças vítimas de abuso físico, psicológico, sexual, crianças abandonadas e subnutridas.

Outro autor citado tanto por Azevedo quanto Deslandes foi Wolff que em 1988, investigou julgamentos de pais que após agressões mataram seus filhos ocorridos no ano de 1899 em Viena. Estes casos foram amplamente discutidos e divulgados pelo jornal "Neve Freie Press" sob o título de "Parents who murder their children". O autor reporta-se aos casos, enfatizando que o jornal deu ênfase à violência doméstica contra crianças numa tentativa de desviar a atenção da população para a questão anti-semita vigente na época. Porém observa que a violência de pais contra filhos era uma prática comum e bastante discutida a partir dos casos que foram a julgamento. Em sua obra, Wolff traça um paralelo entre a contribuição teórica de Freud e as situações vividas na época. Ele conclui que, apesar dos julgamentos obterem repercussão, não foram profundamente estudados na Viena do século XIX. Ainda que fosse reconhecido como um problema grave nas relações familiares, a violência de pais contra filhos contrapunha-se com uma sociedade patriarcal rígida na qual o anti-semitismo predominava. As autoras observam que Gil publicou em 1969, nos Estados Unidos um estudo no qual obteve dados a partir de casos notificados às instâncias legais de proteção a infância nos

anos de 1967 e 1968. Sua investigação envolveu informações sobre a vítima, meios utilizados para a agressão, atendimentos prestados nas diferentes áreas. Apesar de Gil mencionar as dificuldades por ele encontradas para definir a violência, pondera que o conceito foi o mais adequado para a sua pesquisa e considerou:

"Abuso físico de crianças é o uso intencional, não acidental, de força física ou o ato intencional, não acidental de omissão por parte dos pais ou responsáveis com o objetivo de ferir ou destruir a criança." (1968,p.6).

Na tentativa de definir a violência contra crianças e adolescentes, houveram duas perspectivas: autores que defendem o conceito numa dimensão psicológica, focada no indivíduo, e aqueles que consideram a necessidade do conceito envolver aspectos mais amplos como o social, político e econômico.

Algumas perspectivas recentes acreditam que a forma como é definida a violência tem significativa relevância para a compreensão da incidência e conseqüências das agressões e negligência bem como as implicações diretas no trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam na área. A violência de pais contra filhos é um conceito de difícil conceituação, devido à falta de constatação e visibilidade do fenômeno, pois existe um grande número de casos que não chegam a fazer parte das estatísticas, ocultados na própria família sem que sejam identificados e

notificados. Tornando as definições subjetivas e específicas para cada contexto cultural.

No que se refere a meios disciplinares domésticos, também existem controvérsias ao definir como violência todo e qualquer ato disciplinar que atinja o corpo da criança, ou considerar apenas aquelas ações que causem lesões no corpo da vítima. As legislações vigentes nos países tem se dividido nesse aspecto. Há países que legalmente não consideram a punição corporal como método disciplinar como a Suécia (desde 1979), Finlândia (1984), Dinamarca (1986), Noruega (1987), Áustria (1989). Isso de uma certa forma facilita a definição a cerca do fenômeno nesses países.

A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, promulgada pelas Nações Unidas em 1989, coloca que o bem estar e as condições de vida da criança constituem-se um direito social adquirido e de responsabilidade do Estado e da família. A Convenção garante como princípio:

"Os Estados-Parte tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual." (Convenção Internacional dos Direitos da Criança, 1989, artigo 19º, nº1).

No Brasil, apenas na década de 80 surgem pesquisas de cunho científico tentando aprofundar o assunto da violência contra a criança e o adolescente.

Azevedo e Guerra (1993) realizaram em 1981, amplo levantamento na cidade de São Paulo consultando arquivos de delegacias de polícia da capital, no Instituto Médico Legal, na Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor- FEBEM e Varas de Menores. Também realizaram várias publicações sobre o tema (1988, 1989, 1995) e na procura por uma definição de violência contra crianças e adolescentes utilizaram como conceito:

"Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes, ou responsáveis contra crianças e adolescentes, sendo capazes de causar dano físico, sexual, e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão de poder/dever de proteção do adulto, de outro, numa negação do direito que crianças e adolescentes tem de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento" (p.11).

Neste trabalho, adotaremos este conceito visto ser informalmente utilizado pelo programa SOS Criança. Assim, evitaremos o confronto de definições, o que não constitui objetivo desta dissertação.

A dificuldade em conceituar a violência contra a criança e adolescente pode ser justificada por diversos fatores culturais, jurídicos e

dificuldades na divulgação de informações que retratem a realidade. A própria UNICEF (1998) reconhece que:

"...As crianças e adolescentes, por sua vez, raramente reconhecem que seus pais podem praticar violência, geralmente designando tais práticas como atípicas, advindas de momentos de "nervosismo" dos mesmos. As pessoas, em geral, e as próprias vítimas vêem muitas agressões como "normais", considerando-as parte integrante do processo educativo." (p.142).

Os programas de atendimento às vítimas de violência carecem desta definição, o que dificulta o estabelecimento de uma metodologia efetiva de intervenção. Se os programas de atendimento centralizarem suas ações na punição dos agressores, a reincidência de casos de violência aumentará. Ao mesmo tempo deve ser focalizado no atendimento às famílias envolvidas em situações violentas e haver investimento em programas de prevenção. Mas, não devem desconhecer a compreensão de violência daqueles envolvidos na situação, para que seja desenvolvida uma mesma linguagem entre estes e os profissionais que atuam na área. Essa dissertação pretende esclarecer alguns destes aspectos e fornecer subsídios para a discussão da violência.

1.5 Contribuições da Psicologia Social

A psicologia social se estrutura no início do século, apresentando duas tendências: a norte americana com o objetivo de criar e/ou modificar atitudes que através da minimização de conflitos, proporcionariam a harmonia das relações grupais; e a européia que segue a tradição filosófica da fenomenologia visando intervir no funcionamento dos grupos, evitando novos conflitos.

Na América Latina, houve forte influência norte americana e a noção de que o homem deve ser compreendido bio-psico-socialmente, interessando-se pela comunicação, atitudes, grupos, processos de socialização, percepção e papéis sociais. Na década de 60 e 70, aparece o questionamento sobre o papel que a psicologia social desempenha na sociedade, e seu comprometimento com o indivíduo inserido historicamente, preocupando-se em fornecer subsídios para a transformação social.

A psicologia social passa a preocupar-se com as interpretações e saberes que os indivíduos e grupos possuem da sociedade, do mundo e como organizam e estabelecem sua interação com o meio ambiente, intervindo e modificando-o de acordo com suas necessidades. Essa interação com o meio ambiente pode estar presente na sua relação e inserção nos grupos. Pois é na interação dos indivíduos nos grupos, que se criam, comunicam e utilizam informações presentes no cotidiano.

O indivíduo possui significados e percepções do mundo exterior e

interior que se consubstanciam em imagens, conceitos que formarão a atitude frente a uma situação. Seleccionamos continuamente novas informações assimiladas diariamente e as organizamos, compreendemos ou rejeitamos. Ao adotar uma opinião sobre determinado assunto, o indivíduo evidencia uma atitude e muitas vezes uma posição socialmente aceita. Sobre a noção de opinião, Moscovici (1978,p.46) observa que é: “uma reação dos indivíduos a um objeto que é dado de fora, acabado, independentemente do ator social, de sua intenção ou de suas pretensões; um vínculo direto com o comportamento; o julgamento recai sobre o objeto ou o estímulo, e constitui, de algum modo, um anúncio, uma réplica interiorizada da ação a vir.”

Em nossa pesquisa, pretendemos conhecer as representações sociais de violência das crianças/adolescentes, na medida em que estas manifestam seus valores, suas interpretações e julgamentos dentro da sociedade. Essas representações supõe-se que indiquem fatores de sua interação social, relacionamento pessoal e grupal que possam determinar a utilização ou não de violência. Considerando a opinião das crianças/adolescentes pretendemos encontrar significados, que possibilitem desvendar a realidade em que vivem. Na maneira como interagem, podem estar implícitos os valores e emoções que não são questionadas, reproduzindo relações sociais esperadas pelo grupo. O objeto a ser representado pelo indivíduo está inserido dentro de um contexto construído historicamente, de natureza dinâmica, e é assimilado e assumido como parte de seu comportamento, estabelecendo relações

com o meio ambiente. A psicologia social contribui neste sentido, na medida em que permite entender a construção do conhecimento humano envolvendo a realidade social e o cotidiano de cada pessoa, permitindo intervenção nas relações sociais estabelecidas. A representação social implica em ações, comportamentos, informações, significados sobre um determinado objeto.

O estudo das representações sociais são relevantes, pois “a maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica.”(Moscovici, 1978,p.41).

1.6 A Teoria das Representações Sociais

O conceito de representação social tem origem na sociologia e antropologia, designando um conjunto de conhecimentos, crenças, mitos, religião, etc. Evidenciavam a interdependência entre a realidade social e as formas individuais de pensamento, pressupostos estes rejeitados pelas abordagens individualistas e comportamentalistas da psicologia social.

Moscovici introduz em 1961, com seu estudo *La Psychanalyse: Son image et son public*, a teoria das representações sociais:

“ Por representações sociais , nós queremos dizer um conjunto de conceitos, afirmações, e explicações originadas no cotidiano, no decurso de comunicações inter-individuais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença nas sociedades tradicionais, elas podem até mesmo serem vistas como uma versão contemporânea do senso comum.”(1981,p.181).

O autor observa que a sociedade constrói suas próprias interpretações e representações dos fatos cotidianos e, o homem também compartilha a realidade por ele concebida. As representações sociais, por serem geradas nas interações sociais, adquirem sentido na medida em que as experiências são compartilhadas. A relevância social da teoria de Moscovici, parece-nos estar no fato de que são produtos da interação social e dos fenômenos cotidianos de um dado grupo social, refletindo a posição individual e coletiva em relação a um objeto de interesse. As sociedades constroem teorias e explicações que constituem-se modalidade de pensamento e interpretação da realidade.

As representações sociais são uma forma de saber prático, que nos permite agir socialmente, responder às questões colocadas pelo mundo, conhecer as descobertas da ciência, compreender e explicar os fatos que nos rodeiam (Jodelet,1989). Esse conhecimento, sendo utilizado pelos grupos na vida cotidiana, cria um senso comum, constituindo-se objeto, de estudo da teoria das representações sociais. Jodelet (1989) explica:

“Qualificar este saber de prática refere-se à experiência à partir da qual ele é produzido, aos quadros e condições dentro dos quais ele existe, e sobretudo ao fato de que a representação serve para se agir sobre o mundo e sobre outros. Neste sentido, as representações sociais são atos de afeto e conhecimento fundados na experiência cotidiana e por isso repletos de práticas sociais.”(p.43).

Acerca do senso comum, Moscovici (1981) coloca que as representações sociais são o resultado da necessidade de reconstituir a apreensão de conhecimentos, utilizando-o para interagir no cotidiano, principalmente na sociedade moderna, na qual a produção de conhecimentos apresenta-se de forma intensa e complexa. Isso faz com que a reflexão sobre a realidade vivenciada seja construída e reconstruída com frequência e flexibilidade. A teoria das representações sociais de Moscovici, centraliza-se nas interações que os indivíduos estabelecem nos seus grupos sociais, na prática comunicacional dos grupos e entre os grupos.

“O estudo das representações sociais focaliza a maneira pela qual os seres humanos tentam captar e compreender as coisas que os circundam e resolver os lugares comuns e quebra-cabeças que envolvem seu nascimento, seus corpos, suas humilhações, o céu que vêem, os humores de seu vizinho...”(1981, p.182).

A sociedade é formada por vários grupos de indivíduos que estão constantemente representando de forma leiga os fenômenos que lhes são apresentados e valorizados socialmente. O autor coloca que toda representação social é marcada pela memória e práticas sociais do grupo. As relações sociais que se estabelecem através da troca de informações e experiências, permitem a construção de um código comum, a ser apreendido pelos membros do grupo. Ao se tornar familiar e conhecido, essas apreensões tornam-se legitimadas pelo grupo e promoverão tomada de posição do indivíduo frente a um determinado objeto ou situação. As representações sociais são formas de conhecimento que se difundem na sociedade e estão relacionadas a concepção de ser humano e de realidade, determinando as práticas sociais.

Para Jovchelovitch (1996):

“ Representar algo não é uma construção árida de um “mapa cognitivo”, é um ato que provém de pessoas que pensam e sentem, que possuem motivações e intenções, que possuem uma identidade e vivem num mundo social. E, finalmente, as representações sociais implicam ação, pois cognição e afeto são atividades que envolvem sujeitos que se engajam, falam de algo, se relacionam, etc.. Essas atividades são práticas sociais, elas envolvem ações de todo o tipo.” (p.10).

Quanto ao aspecto estrutural das representações sociais, Moscovici considera que:

“No real, a estrutura de cada representação apresenta-nos desdobrada, tem duas faces tão pouco dissociáveis quanto a página da frente e o verso de uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Escrevemos que:

*Representação: figura
significação*

querendo com isso dizer que ela faz compreender a toda figura um sentido e a todo sentido uma figura.” (1978, p.65).

Segundo o autor, as representações sociais possuem três dimensões: da informação, do campo de representação ou da imagem e da atitude. A informação refere-se à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social (1978,p.67), reúne todos os conhecimentos do grupo sobre um determinado assunto ou fenômeno. O campo de representação nos fornece à idéia de uma imagem, com uma unidade de elementos hierarquizada. A atitude pode ser encarada como uma preparação para a ação, reflete uma organização de conhecimentos frente a um objeto. Moscovici conclui que um indivíduo “informa-se, e

representa alguma coisa unicamente depois de ter adotado uma posição, e em função da posição tomada”(1978, p.74).

Moscovici (1981), aponta a coexistência de duas formas de pensamento na sociedade contemporânea: os universos reificados e os universos consensuais. Os universos reificados seriam produzidos nas ciências e no pensamento científico, o autor explica:

“Nos universos reificados, a sociedade se vê como um sistema com diferentes papéis e categorias, cujos ocupantes não são igualmente autorizados para falar em seu nome. O grau de participação é determinado exclusivamente pelo nível de qualificação.”(p.186).

Os universos consensuais, relacionam-se as teorias elaboradas a partir da interação social no cotidiano:

“Nos universos consensuais, a sociedade se vê como um grupo feito de indivíduos que são de igual valor e irredutíveis. Nessa perspectiva, cada indivíduo é livre para se comportar como um “amador” e um “observador curioso”(...)”. (1981, p.186 e 187).

No universo consensual, cada indivíduo é um emissor de opiniões, que ao expor seu ponto de vista está representando o mundo no qual

vive. No grupo todas as pessoas podem criar representações e compartilhá-las. Esse universo permite explicar e compreender objetos de interesse do grupo, estabelecendo significados que possam ser acessíveis a todos os membros do grupo.

A teoria das representações sociais de Moscovici observa que os universos consensuais nos proporcionam segurança evidenciada pela preferência ao conhecido e familiar. Assim, as representações sociais envolvem a transformação do que é desconhecido em algo que possa ser assimilado e categorizado em percepções pelo universo consensual. O autor teoriza a elaboração e funcionamento das representações sociais através dos processos de ancoragem e de objetivação. Para Moscovici, a ancoragem implica em incorporar os objetos desconhecidos às categorias e imagens diárias, procurando relacioná-los com marcos de referência reconhecíveis, fornecendo um contexto onde possa ser comparado e interpretado. Ancorar significa classificar e denominar. A classificação impõe comportamentos, regras, que podem ser ligadas ou não à protótipos. Para estabelecer uma relação positiva ou negativa frente ao objeto, faz-se necessária uma tomada de posição de valor do indivíduo para que possa ser classificada. Dependendo da postura adotada, o objeto pode ser generalizado ou individualizado. Sobre a generalização ou individualização no processo de classificação Moscovici (1981) observa:

“Na verdade, o que determina o tipo de generalização ou

individualização, não é meramente uma escolha intelectual e sim a expressão de uma atitude em relação à pessoa ou uma coisa e o desejo de vê-la como normal ou desviante.” (p.195).

A denominação do objeto permite que sejam atribuídas a ele qualidades e características que irão identificá-lo junto à realidade social vivenciada.

O processo de objetivação procura dar materialidade a um objeto tornando-o identificável à realidade que está sendo representada. De acordo com o autor, nesta fase existe a transformação de um conceito abstrato em elementos da realidade:

“É como em nossa sociedade nós conseguimos observar e reconhecer certas “repressões” e “complexos”, como se eles fossem atributos físicos da pessoa. Uma grande parte de nosso ambiente compõe-se de tais figuras e estamos incessantemente enriquecendo-o e transformando-o ao desnaturalizar certas figuras e naturalizar outras.” (Moscovici, 1981, p.200).

Ao formar uma imagem a partir de um objeto concreto, a objetivação estrutura as representações sociais, lhe fornece uma forma.

Jodelet (1989), principal colaboradora de Moscovici, conceitua as

representações sociais como:

“...uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (p.36).

O estudo das representações sociais acerca da violência enquanto elemento de uma realidade social, parece pertinente na medida em que esta legitima-se no cotidiano, e interfere nas práticas sociais, perpetuando este fenômeno em nossa sociedade. A violência envolve um conjunto de enunciados e práticas que garantem um significado simbólico a ela.

“ Representação social são fenômenos ligados com uma forma especial de se adquirir e comunicar conhecimento, uma forma que cria realidade e senso comum.” (Moscovici, 1981, p.181).

No presente trabalho, pretendemos obter subsídios para verificar de que maneira as representações sociais de violência, de crianças e adolescentes podem estar envolvidas com as práticas sociais de violência, facilitando ou não seu processo de perpetuação. As diferentes formas utilizadas pelos pais ou responsáveis para a educação e colocação de limites às crianças e adolescentes, desde conversações, castigos e

punições foram historicamente transmitidas e interiorizadas como primordiais ao bem estar social. Aos pais coube a tarefa de educar seus filhos de maneira a contribuir para o adequado desenvolvimento do ser humano. Por vezes, essa tarefa foi atribuída à família e ao Estado, como citamos anteriormente. Essa necessidade de socializar o indivíduo permitiu muitas vezes que houvessem práticas abusivas com o objetivo de disciplinar a criança e o adolescente.

Ao relacionarmos a violência contra crianças e adolescentes no âmbito doméstico com a teoria de representações sociais de Moscovici, podemos verificar que estão implícitas diversas imagens e simbologias que foram construídas socialmente formando um universo consensual a partir de um objeto representacional. Atualmente, a violência apresenta-se como um fenômeno bastante relevante tanto no nível individual quanto social. Por isso, surge a necessidade de formular questões e alternativas para o problema, que poderão formar um senso comum sobre o assunto. Assim, elabora-se um universo consensual de conhecimentos com uma linguagem e lógica que irão identificar-se e procurar suporte na realidade social. Lane (1993) observa:

“O ato de representar não deve ser encarado como processo passivo, reflexo na consciência de um objeto ou conjunto de idéias, mas como processo ativo, uma reconstrução do dado em um contexto de valores, reações, regras e associações. Não se trata de meras opiniões,

atitudes, mas de "teorias" internalizadas que serviriam para organizar a realidade. A função das representações é tornar familiar o não familiar numa dinâmica em que objetos e eventos são reconhecidos, compreendidos com base em encontros anteriores, em modelos." (p.48).

Entender as representações sociais sobre a violência contra a criança e adolescente no âmbito doméstico, permite que possamos também verificar como se estabelecem as relações entre indivíduo e sociedade e como são construídas as práticas sociais. Ao solicitar que crianças e adolescentes expressem sua compreensão sobre violência, pretendemos observar a maneira como a concebem e enfrentam, que poderão ou não determinar suas ações posteriormente. Ainda, poderão indicar elementos que permitam conhecer a realidade social vivenciada. A violência doméstica deve ser considerada enquanto um fato social e em sua especificidade histórica, possibilitando a contextualização do comportamento e a participação dos indivíduos na construção de sua realidade. Através do conhecimento das representações sociais sobre a violência, talvez possamos fornecer subsídios para a intervenção e no processo de prevenção.

Bonin (1987) realizou um estudo sobre as representações sociais das mães a respeito da criança. Neste estudo, o autor entrevistou mães com diferentes níveis de escolaridade, abordando questões como: fases da vida infantil, diferenças adulto-criança, diferenças de gênero entre as

crianças, dificuldades no relacionamento entre pais e filhos, imposição de poder (inclusive físico) dos pais em relação aos filhos, sexualidade e responsabilidade moral infantil. Ele observou a partir dos dados levantados, que muitos entrevistados colocaram problemas de relacionamento entre pais e filhos, a partir das diferenças de valores e perspectivas do casal, mencionaram também que esses conflitos influenciam as crianças. Este estudo aponta também para uma preocupação do casal com a desobediência dos filhos, e em sua maioria estes consideraram a necessidade de exercer poder em relação aos filhos. Porém Bonin salientou que em relação ao poder físico, não houve uma concordância entre as mães entrevistadas quanto ao seu uso.

Uma pesquisa realizada por Vala (1981), abordou a significação da violência em grupos distintos: dirigentes sindicais, funcionários de empresa, empregados administrativos, reclusos. Para o levantamento dos conteúdos da representação social foi utilizada a técnica de associação livre. Ele concluiu:

“De grupo para grupo as referências normativas, os valores e a posição social mudam e as significações da violência são hierarquizadas de diferentes formas, que se prolongarão na estruturação das opiniões e dos comportamentos.(...) os resultados obtidos permitem-nos constatar como as representações da violência são modeladas pelas posições específicas dos diferentes grupos no interior da rede social.” (p.338).

Vala reporta-nos a noção de que as representações sociais são construídas no confronto das experiências individuais e grupais com as normas e valores sociais. E sugere que a violência seja estudada como uma realidade multidimensional, definida socialmente. A compreensão da dinâmica dos comportamentos violentos pressupõe que se apreendam as dimensões cognitivas das significações dos indivíduos a cerca da violência.

Em nossa dissertação, procuraremos compreender o significado da violência para os sujeitos nela envolvidos, procurando estabelecer relações, e determinar se essas concepções são ou não compartilhadas.

PARTE II- METODOLOGIA

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes no âmbito doméstico apresenta-se bastante complexo. E para melhor conhecê-lo, este estudo terá duas partes: uma análise documental a partir de registros das denúncias do Programa SOS Criança no município de Florianópolis e uma análise de redações realizadas pelas crianças e adolescentes, de escola pública e particular da mesma cidade.

O SOS Criança é uma instituição governamental, ligada a Prefeitura Municipal que recebe e intervém emergencialmente em denúncias de violência contra crianças e adolescentes no contexto familiar. Atua como um programa de proteção especial em consonância com a Constituição Federal (art.227) e com o Estatuto da Criança e Adolescente (livro II – parte especial – Título I – Da política de atendimento, seção I – Disposições Gerais, artigo 90 – parágrafo único), possui inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. Efetua suas ações através do recebimento de denúncias de violência onde as vítimas são crianças e adolescentes, garantindo direitos à infância e juventude enquanto cidadãos. Ao receber a denúncia, uma equipe desloca-se até o local citado para verificar a situação, no caso de ser constatada a veracidade, realizam-se entrevistas com as pessoas envolvidas, onde são colhidas as informações sócio- familiares e feitos os encaminhamentos necessários. A partir disto, uma equipe multidisciplinar realiza

levantamento de dados através de abordagens com a vítima, familiares, comunidade e instituições pertinentes, utilizando entrevistas, visitas domiciliares, etc. para a elaboração de diagnósticos. Esses dados são registrados em formulários (conforme modelo em anexo), por meio de relato descritivo sobre os depoimentos de cada pessoa envolvida e observações do técnico, sendo assegurado ao denunciante o anonimato.

Com o objetivo de fornecer maior visibilidade da situação no município de Florianópolis, inicialmente realizamos um estudo descritivo a partir de uma análise documental descritiva e correlacional (teste qui-quadrado – Spiegel,1985) dos registros das denúncias e relatórios, relativos ao ano de 1997. Organizamos um banco de dados a partir das informações dos formulários e utilizamos para a análise dos dados, o programa de informática SPSS (Norusis,1990).

Observamos que não utilizamos as estatísticas sobre violência contra criança e adolescente dos Conselhos Tutelares de Florianópolis (setores ilha e continente), visto os dados por eles levantados não possuírem informações suficientes sobre as pessoas envolvidas. Ainda, muitas vezes quando recebem denúncias de violência contra a criança e adolescente os conselheiros requisitam os serviços da instituição SOS Criança a fim de que verifique a situação. É importante salientar que todos os casos após serem atendidos pelo Programa SOS Criança são comunicados ao Conselho Tutelar.

Sobre a importância da pesquisa documental, Souza Filho (1993), mencionou que devemos considerar os dados já disponíveis, para ter

acesso ao universo simbólico e social do grupo ou indivíduo num estudo de representações sociais.

Esta descrição objetiva um mapeamento das características das vítimas, agressores, aspectos sócio - familiares, justificativas para a prática da violência, etc., além de fornecer indícios que possam facilitar a compreensão do contexto no qual a situação de violência desenvolve-se na família. Para isto, entre as 1440 denúncias de violência contra a criança e adolescente recebidas pelo Programa SOS Criança durante o ano de 1997, foram sorteados aleatoriamente 165 formulários. O número de denúncias encerrados neste mesmo ano por não terem sido localizados foi cerca de 5,5%. Em nossa amostra desconsideramos os dados referentes às denúncias falsas, não localizadas ou que tratavam-se exclusivamente do que classifica o Programa SOS Criança como violência social (carência sócio-econômica, situação inadequada de moradia ou de trabalho, desabrigo familiar). Ainda que estes fatores possam estar presentes no cotidiano de algumas famílias, nas denúncias pesquisadas não foram determinantes na prática de violência contra a criança e adolescente.

Restringimos nossa amostra aos formulários cujas vítimas tinham idade entre 7 a 18 anos incompletos, pois segundo dados estatísticos do Programa SOS Criança nos anos anteriores (1995 e 1996) onde foram denunciados 4.173 casos de violência contra a criança e adolescente, 59,4% envolviam esta faixa etária, enquanto 32,8 % tratavam-se de crianças de 0 a 6 anos, e 7,8% não foram localizados ou eram falsas. Também consideramos as dificuldades da faixa etária de zero a seis anos de participarem da segunda fase da pesquisa. Ainda, com base nos dados

relativos aos anos anteriores do Programa SOS Criança, observamos que as vítimas preferenciais nas situações de violência encontram-se: 37,2% na faixa etária de 7 a 12 anos e 16,4% com idade entre 12 a 15 anos, e 5,8% de 16 a 18 anos. Essas informações são semelhantes a outros dados regionais e nacionais como: Inquérito Civil Público do Centro das Promotorias da Infância e Juventude-Procuradoria Geral de Justiça (1996)- Estado de Santa Catarina, 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (Florianópolis,1996), SOS Criança da cidade de São Paulo (1995). O Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI do estado de São Paulo em pesquisa realizada entre 1988 a 1992 também aponta que na faixa etária de 5 a 14 anos, encontram-se o maior número de vítimas de violência no âmbito doméstico (64,3%).

Nossa amostra foi composta de 60% de crianças com idade entre 7 e 11 anos e, 40% de adolescentes com idade entre 12 e 19 anos. Neste estudo, envolvemos uma vítima de 19 anos, por tratar-se de uma pessoa portadora de deficiência mental, incluída no Estatuto da Criança e Adolescente, artigo 2º, parágrafo único – livro I –Parte Especial:

“Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.(p.9).

Inicialmente, pensamos em envolver na pesquisa crianças e adolescentes diretamente envolvidos nas denúncias, na condição de vítima. Porém por

relativos aos anos anteriores do Programa SOS Criança, observamos que as vítimas preferenciais nas situações de violência encontram-se: 37,2% na faixa etária de 7 a 12 anos e 16,4% com idade entre 12 a 15 anos, e 5,8% de 16 a 18 anos. Essas informações são semelhantes a outros dados regionais e nacionais como: Inquérito Civil Público do Centro das Promotorias da Infância e Juventude-Procuradoria Geral de Justiça (1996)- Estado de Santa Catarina, 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (Florianópolis,1996), SOS Criança da cidade de São Paulo (1995). O Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância – CRAMI do estado de São Paulo em pesquisa realizada entre 1988 a 1992 também aponta que na faixa etária de 5 a 14 anos, encontram-se o maior número de vítimas de violência no âmbito doméstico (64,3%).

Nossa amostra foi composta de 60% de crianças com idade entre 7 e 11 anos e, 40% de adolescentes com idade entre 12 e 19 anos. Neste estudo, envolvemos uma vítima de 19 anos, por tratar-se de uma pessoa portadora de deficiência mental, incluída no Estatuto da Criança e Adolescente, artigo 2º, parágrafo único – livro I –Parte Especial:

“Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade”.(p.9).

Inicialmente, pensamos em envolver na pesquisa crianças e adolescentes diretamente envolvidos nas denúncias, na condição de vítima. Porém por

não acreditarmos ser adequado solicitar a elas que refletissem sobre o episódio muitas vezes doloroso, optamos por escolher crianças e adolescentes de escola pública e particular, considerando que possam ou não estar sujeitos à situações violentas. Na segunda parte de nosso estudo, analisaremos as redações sobre violência escritas por alunos de 5ª série do ensino fundamental. Assim, pretendemos verificar as representações sociais a partir do ponto de vista daqueles que enfrentam a violência direta ou indiretamente, procurando perceber uma outra face deste fenômeno.

Participaram da pesquisa uma escola pública e uma escola particular situadas no bairro Agrônômica e outra escola particular localizada no centro de Florianópolis. A escolha das escolas deu-se pelo fato de todas as escolas escolhidas pertencerem a região de maior número de denúncias contra a criança e adolescente, como veremos posteriormente. A opção por duas escolas particulares deve-se ao fato de que as turmas possuem número reduzido de alunos, se comparados à escola pública.

Inicialmente foi realizado contato com a coordenação de cada uma das escolas onde colocamos os objetivos de nossa pesquisa e propusemos a utilização de redações sobre o tema violência. Após autorização, e por sugestão de uma das coordenadoras, explicamos nosso estudo às professoras para que essas solicitassem aos alunos as redações, não interferindo assim na dinâmica e planejamento em sala de aula. Foi garantido sigilo quanto ao nome das escolas e dos alunos que participaram da pesquisa. Aos alunos foi colocado pelos professores, tratar-se de uma pesquisa onde deveriam escrever o que entendem por

violência.

Participaram desta pesquisa 128 alunos, sendo 66 da escola pública e 61 da escola particular, com idades entre 10 a 15 anos. Dos 66 alunos da escola pública, 25 são do sexo masculino (37,88%) e 41 do sexo feminino (62,12%), onde a média de idade é 11 anos. Já nas escolas particulares, 30 são de sexo masculino (48,38%) e 32 são do sexo feminino (51,62%), cuja média de idade é 10 anos e 4 meses. As redações foram transcritas em um único arquivo (tipo texto-txt), separadas por linhas de comando, e observadas as variáveis descritivas dos alunos, como: sexo, idade, escola. Corrigimos palavras escritas incorretamente, não alterando concordâncias, acentuação ou pontuação. Para a análise de conteúdo com base na distribuição do vocabulário dos textos apresentados, utilizamos o software ALCESTE- *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*"- (Reinert, 1990). Este é um programa de análise de dados textuais.

Segundo Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo, 1999, o programa executa quatro etapas:

- ◆ a primeira etapa, reconhece as unidades de contexto iniciais (em nosso estudo são as redações) dividindo-as em segmentos de texto de tamanho similar (unidades de contexto elementar- UCE) e agrupando as palavras em função de sua ocorrência e raízes. Também diferencia as palavras instrumentais como artigos, conjunções, preposições, etc. das analisáveis, estas últimas são importantes na análise dos conteúdos representacionais;

- ◆ na segunda etapa, o conjunto das UCEs são classificados em função do seu vocabulário, repartido conforme a frequência das palavras reduzidas. A partir disso, há o cruzamento das formas reduzidas do vocabulário com as UCEs do corpus. Aplica-se então o método de classificação hierárquica descendente, que consiste em dividir as UCEs em classes de acordo com o vocabulário que as compõe de maneira que se obtenha maior valor possível na prova de associação χ^2 (qui-quadrado). O mesmo procedimento é realizado com as classes obtidas até que apresentassem um vocabulário homogêneo;
- ◆ na terceira etapa são fornecidos os resultados mais importantes, através de cálculos complementares para cada uma das classes obtidas na etapa anterior. Estes resultados descrevem as classes obtidas, com seus vocabulários característicos;
- ◆ a quarta e última etapa, é um prolongamento da terceira, onde o programa com base nas UCEs escolhidas, fornece aquelas mais características de cada classe, contextualizando assim as ocorrências de vocabulário. No nível interpretativo pode-se dizer que essas classes são indicadores de diferentes noções, ou campos de imagem de um determinado objeto;

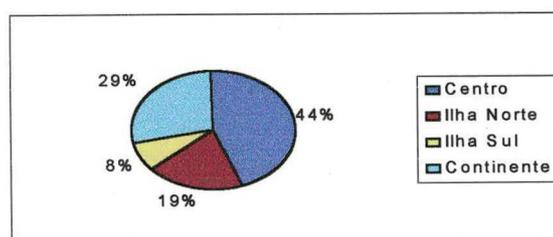
A partir disso, pretendemos mostrar a compreensão a cerca da violência de crianças e adolescentes, ou seja, daqueles que podem estar sujeitos a ela.

PARTE III - ESTUDO DESCRITIVO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE NO ÂMBITO DOMÉSTICO EM FLORIANÓPOLIS

A partir de nossa pesquisa documental de registros do Programa SOS Criança, das 165 denúncias analisadas, 52,7% das vítimas são do sexo masculino e 47,3% do sexo feminino. Embora haja predominância do sexo masculino entre as vítimas estudadas, a diferença entre os dois gêneros não se apresentou significativa.

O local de residência das vítimas de violência denunciada, foi considerado tendo como base em quatro regiões do município de Florianópolis: centro, ilha norte, ilha sul e continente¹. O número de casos considerados na tabela a seguir é de 164, devido um registro referir-se à uma vítima que não possuía residência fixa.

Figura 1—Distribuição das denúncias por regiões de moradia da vítima.(n=164).Florianópolis, 1997.



¹Bairros:

Centro: Centro, Morro da queimada, Morro da Mariquinha, Morro da Caixa, Morro do Mocotó, Agrônômica, Trindade, Santa Mônica, Jardim Anchieta, Morro da Penitenciária, Morro do Tico-Tico, Costeira, Caieira do Saco dos Limões, José Mendes, Pantanal, Saco Grande I, Monte Verde, Itacorubi, Morro do Quilombo, Lagoa da Conceição.

Ilha Norte: Vargem Grande, Vargem do Bom Jesus, Jurerê, Sambaqui, Sto. Antônio de Lisboa, Canasvieiras, Ponta das Canas, Ingleses, Ratoles, Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, Barra do Sambaqui.

Ilha Sul: Campeche, Cachoeira do Rio Tavares, Rio Tavares, Tapera, Ribeirão da Ilha, Pântano do Sul, Fazenda do Rio Tavares.

Continente: Monte Cristo, Santa Terezinha, Promorar, Sapé, Ilha Continente, Chico Mendes, Capoeiras, Bairro de Fátima, Estreito, Jardim Atlântico, Balneário, Vila São João, Coqueiros, Vila Aparecida.

Podemos observar, na figura 1, que o maior número de denúncias encontra-se na região central (44%), seguido do continente (29%). As áreas norte e sul da ilha possuem 19% e 8% respectivamente. Esta distribuição pode estar ligada ao fato da população das regiões central e continente ser maior do que aquelas onde encontram-se os balneários (conforme dados do Censo Demográfico/91-IBGE). No entanto, não é possível verificar se as denúncias de violência contra a criança e adolescente estão relacionadas as regiões de empobrecimento, pois no município de Florianópolis, muitos bairros apresentam heterogeneidade quanto ao nível sócio-econômico das famílias, ficando difícil para o pesquisador caracterizar este problema. Embora as regiões mais populosas, podem transformar-se mais facilmente em zonas de conflitos, facilitando a realização de denúncias. Segundo o Plano Municipal de Assistência (gestão 1997-2000) que analisa os dados do perfil sócio-econômico de áreas carentes realizado pelo Instituto Planejamento Urbano de Florianópolis- IPUF, e Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, atualizado em 1997 através de uma pesquisa por amostragem, existem no município 46 comunidades carentes sendo 28 na ilha e 18 no continente, com uma população de cerca de 40.283, correspondendo à 14,8% do total de habitantes do município (conforme dados IBGE/1996). Esses bairros, por sua vez, encontram-se próximos à outros habitados por famílias com maior poder aquisitivo. A tabela a seguir apresenta a distribuição quanto ao tipo de denunciante e sua relação com a idade da vítima.

TABELA I- Relação entre idade da vítima e tipo de denunciante.
Florianópolis,1997.

	Idade da Vítima					
	7 a 11 anos		12 a 19anos			
Tipo de denunciante	N	%	N	%	Total	%
Vizinhos	37	37	16	24,6	53	32,1
Anônimo	18	18	17	26,2	35	21,2
Instituição	20	20	14	21,5	34	20,6
Parentes	23	23	7	10,8	30	18,2
Vítima	2	2	11	16,9	13	7,9
Total	100	60,6	65	39,4	165	100

$\chi^2=17,53$; $gl=4$; $p<0,05$

Em relação ao tipo de denunciante, a tabela I mostra que há uma predominância dos vizinhos, em cada três denúncias uma é feita por estes, o que nos indica que as pessoas geograficamente mais próximas da família envolvida são aquelas que mais se envolvem com as situações de violência contra crianças e adolescentes. Se considerarmos que as regiões com maior número de denúncias são também as mais populosas, a proximidade das residências talvez permita que haja uma permeabilidade entre o espaço público e o doméstico, fazendo com que as situações sejam compartilhadas pelos vizinhos.

O número de denunciante anônimos é significativo, se considerarmos que em cada cinco denúncias uma prefere não identificar-

se. Apesar de serem informadas sobre o sigilo garantido judicialmente, e talvez com receio de serem identificadas pelo(s) agressor(es) mantiveram-se anônimas. Possivelmente são pessoas que estejam próximas à família (vizinhos ou parentes). Vizinhos e parentes somam 50,3% dos denunciantes. As instituições representam 20,6% das denúncias, ainda que haja obrigatoriedade de denunciar situações de suspeita ou confirmação de maus tratos, estabelecida no Estatuto da Criança e Adolescente (artigo 13- Capítulo I- Do direito à vida e à saúde – Título II- Dos direitos fundamentais). A rotina de trabalho, a inexistência de contato direto com a dinâmica familiar, talvez façam com que esse número de denúncias ainda seja pequeno. Parece-nos que existe uma linha bem definida entre o público e o privado, onde as representações sociais sobre a família destaca a inviolabilidade de sua privacidade, podendo ocasionar a omissão da denúncia de violência contra a criança e adolescente. A família ainda é considerada como um espaço privado, onde ninguém deve interferir ou questionar as atividades dos pais, pois lhes é conferida a imagem de guardiões da criança. E, pressupondo que hajam relações de afeto entre pais e filhos, as práticas educacionais são assim justificadas pela sociedade.

Quanto ao número de denúncias que ocorrem por procura da própria vítima ser pouco significativo, pode ser atribuído ao fato de que as crianças e adolescentes tenham receio em serem identificadas pelo(s) agressor(es) ou não reconhecem atos violentos no cotidiano familiar, como verificaremos posteriormente em nossa pesquisa. Segundo estudos da UNICEF (1998), “as crianças e adolescentes, raramente reconhecem

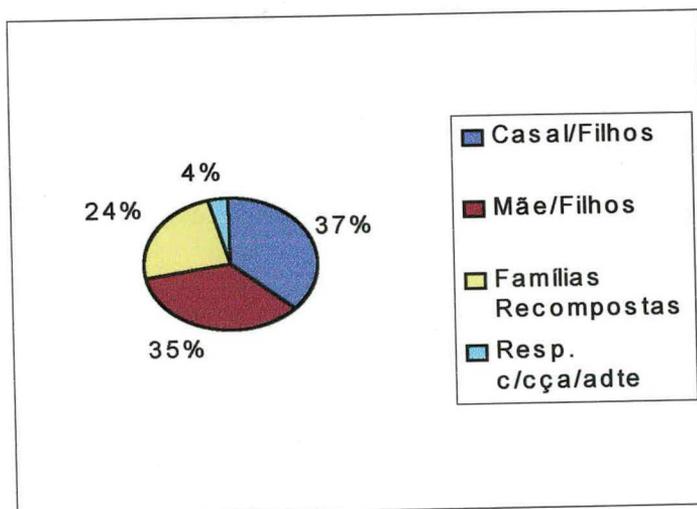
que seus pais podem praticar violência, geralmente designando tais práticas como situações atípicas, advindas de momentos de nervosismo dos mesmos. As pessoas, em geral, e as próprias vítimas vêem muitas agressões como “normais”, considerando-as parte integrante do processo educativo”(p.142). Pode revelar que muitas vezes, a representação social de violência das crianças e adolescentes não corresponde ao descrito pelos programas de atendimento.

Ainda conforme tabela I, o teste qui- quadrado indicou que há diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2=17,53$; $gl=4$; $p<0,05$), entre as variáveis. A análise com base nos dados percentuais, nos revela que as crianças (7 a 11 anos) são mais denunciadas. Talvez deva-se ao fato de relacionarmos estas à noção de vulnerabilidade, fragilidade e incapacidade para reagir ao ato de violência, ao contrário dos adolescentes (12 a 19 anos). Aqueles que preferem não identificar-se denunciam tanto crianças quanto adolescentes, e acreditamos que sejam pessoas próximas a família. Com a denúncia estariam procurando intervenção sem envolverem-se diretamente. Os adolescentes realizam mais denúncias das situações de violência que vivenciam, do que as crianças. A promulgação e divulgação do Estatuto da Criança e Adolescente podem ter acarretado em mais conhecimento dos direitos e deveres dos adolescentes, facilitando a procura na tentativa de solução para as situações vividas em sua família. Não podemos deixar de salientar também a possibilidade de adolescentes denunciarem a violência como anônimos, na procura de não serem identificados.

Consideramos ainda, a forma de organização familiar envolvida na

denúncia (ver figura 3), nas quais classificamos: casal e filhos (61 casos); famílias monoparentais chefiadas pela mãe (58 casos); famílias recompostas formadas por novos arranjos familiares (39 atendimentos) e famílias onde as crianças/adolescentes encontram-se sob responsabilidade de pessoas que não sejam seus genitores (7 denúncias).

Figura 2 - Distribuição das denúncias quanto a forma de organização familiar das vítimas (N=165). Florianópolis, 1997.



Calderón e Guimarães (1994) observam que há no Brasil uma tendência à redução do número de família nucleares, embora ainda seja hegemônica. De acordo com dados do IBGE² em 1990, este modelo familiar perfazia 60% do total de famílias brasileiras. Há ainda um crescimento expressivo das famílias formadas por mãe e filhos, que cresce mais do que as famílias monoparentais com chefia masculina.

² Os dados são referentes à Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio- PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/1990.

Goldani (1994), traçou um perfil demográfico das mudanças ocorridas na família nas últimas décadas, e concluiu que a tendência é de uma diminuição no tamanho e uma maior diversificação nos arranjos domésticos e familiares. “As transformações no tradicional arranjo familiar, casal com filhos, assinalam aspectos significativos de mudanças e também de continuidade no relacionamento entre seus membros. Esposas e filhos participam mais intensamente nas atividades de mercado de trabalho e na renda monetária familiar, compartilhando com o chefe as responsabilidades de manutenção da família, e promovendo uma redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade”(p.8). Essas mudanças podem provocar uma instabilidade nas relações familiares, trazendo conseqüências como a violência contra crianças e adolescentes. Esse resultado permite-nos observar que a violência contra crianças e adolescentes ocorre com mais freqüência nas famílias nucleares consideradas “estruturadas”, seguida das monoparentais chefiadas por mulheres, com diferenças entre elas pouco significativa. O número de denúncias ocorridas em famílias recompostas, contrapõe-se a idéia do padrasto e madrasta como principais agressores. E, naquelas em que a vítima conviva com pessoas que não sejam seus genitores, como: avós, tios, etc. ser pouco expressivo, talvez deva-se ao fato de ser uma forma de organização familiar também reduzida. Devido a proximidade dos percentuais, podemos salientar que a violência não parece estar relacionada ao tipo de formação do grupo familiar.

Goldani (1994), ainda salienta que nas últimas duas décadas, houve uma diminuição de cerca de 23% no tamanho médio das famílias, ou

seja, de 4,8 para 3,9 pessoas. Quanto ao número de pessoas que constituem a família, dividimos os dados levantados em dois grupos considerando o número de membros: com 2 a 5 pessoas (104 denúncias) e com 6 a 10 pessoas (61 denúncias). Observa-se que as denúncias de violência contra crianças e adolescentes ocorrem com maior incidência nas famílias menores (63%) do que naquelas formadas por mais de 6 pessoas (37%). Ainda, nas famílias menores podemos perceber que a maior frequência dá-se nas famílias compostas de 4 e 5 pessoas (21,2% e 22,4% respectivamente). Com isso, nas famílias com menor número de pessoas parece haver maior visibilidade da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Sobre este aspecto, Mioto (1998) observa que as mudanças ocorridas na relação homem/mulher acarretou numa fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade da família no contexto social:

“Essa vulnerabilidade está relacionada ao enxugamento da família brasileira (número de filhos, separações, divórcios) e sua nova composição (famílias nucleares, aumento crescente das famílias monoparentais e especialmente de mulheres chefiando famílias, aumento das pessoas sozinhas). As famílias menores, sem dúvida, são mais vulneráveis às situações de crise, como mortes, desemprego, doenças e outros.”(p.120).

Quanto ao tipo de violência contra crianças e adolescentes que ocorre no âmbito familiar, o Programa SOS Criança utiliza como referencial os conceitos de Azevedo e Guerra (1995), a saber:

a) **Violência Física** : Qualquer ação única ou repetida, não acidental, cometida por um agente agressor, que provoque danos físicos e/ou psicológicos;

b) **Violência Sexual** : Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, tendo por intenção estimular sexualmente a criança/adolescente, ou utilizá-la para obter satisfação sexual;

c) **Violência Psicológica** : Interferência negativa sobre a competência social da criança/adolescente, podendo produzir um padrão de comportamento destrutivo. Há de se considerar que toda a forma de violência inclui abuso psicológico. Este tipo de violência se manifesta através das seguintes formas: rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, corromper, produzir expectativas irreais;

d) **Negligência**: Privar a criança/adolescente de algo que necessitam. Pode significar omissão em cuidados básicos. A negligência muitas vezes é de difícil identificação já que nem sempre se pode distinguir entre as privações sócio- econômicas e atuação voluntária dos pais.

Na tabela a seguir, descreveremos a distribuição quanto ao tipo de violência e a relação entre esta e o número de pessoas que compõem a família envolvidos na denúncia.

✓ **TABELA II - Relação entre tipo de violência e número de pessoas na família. Florianópolis, 1997.**

	Número de Pessoas na Família					
	2 a 5 membros		6 a 11 membros			
Área de Violência	N	%	N	%	Total	%
Violência Física	43	40,95	23	38,33	66	40
Negligência	24	22,86	17	28,33	41	24,86
Violência Psicológica	24	22,86	9	15	33	20
Violência Física e Negligência	12	11,42	4	6,67	16	9,69
Violência Sexual	2	1,9	7	11,67	9	5,45
Total	105	100	60	100	165	100

$X^2 = 11,41$; $gl = 4$; $p < 0,02$

Em relação ao tipo de violência, podemos notar que há uma frequência maior na violência física (66 casos, perfazendo 40% dos atendimentos pesquisados), seguida da negligência com 41 casos-24,86%. A violência física parece ser uma prática reconhecida e por isso mais denunciada. Além disso, a violência física apresenta-se mais visível, podendo apresentar ferimentos, ou ainda os atos violentos contra crianças/adolescentes ocorrem muitas vezes em locais públicos, sob a observação de outras pessoas. As outras áreas demonstram um caráter mais privado, onde apenas aqueles que convivem mais próximos das famílias podem reconhecê-las, e talvez por este motivo haja receio em

denunciar. Houveram 16 atendimentos em que a violência física e a negligência estavam associadas (9,69%). Ou seja a violência física, e esta associada à negligência, representam 50% das denúncias recebidas em 1997. É importante considerarmos que a violência psicológica está presente na maioria dos casos de negligência, violência sexual e física. É importante salientar que trata-se de situações denunciadas, e estima-se que muitos casos de violência contra crianças e adolescentes não sejam notificados. De acordo com a UNICEF (1998), e Cunha (1999) a violência física é a mais freqüente seguida pela negligência, e tem a mãe como principal agressora (fonte: ABRAPIA-1997). Bonin (1987), pesquisou as representações sociais das mães a respeito da criança e abordou a questão: se os pais devem ou não exercer poder físico sob os filhos. Não foi observado um consenso entre as mães pesquisadas, algumas responderam sem contradições que esse poder físico deveria ser usado, outras colocaram que poderia ser utilizado quando outros métodos como esclarecimento, conselhos ou castigo não funcionam. O autor observou que existe um embaraço em encarar a punição física da criança, e atribui este fato, a representação de que não se deve usar poder físico em hipótese alguma.

A violência psicológica também representa um número bastante expressivo, se considerarmos a dificuldade em detectá-la isoladamente, quando é denunciada supõe-se que seja um fato de bastante expressão. Em cada dez denúncias duas referem-se a violência psicológica.

A violência sexual é o tipo de violência menos denunciado. Abreu (1999), lembra pesquisas norte-americanas, nas quais estima-se que para

cada denúncia de abuso sexual, ocorrem outras vinte não comunicadas. No Brasil, ainda há receio em denunciar este tipo de violência, a autora observa que o principal motivo que impede a denúncia de violência sexual é o segredo que envolve todos os membros da família. Conclui que “... a simples revelação do abuso sexual faz com que este se torne um fato para o núcleo familiar, o que representa um fator desestruturante para a família. Devemos lembrar que, em nossa cultura, falar em sexo ainda é um tabu para a maioria dos indivíduos...”(p.406)

Na tabela II, o teste de qui-quadrado ($\chi^2 = 11,41; gl = 4; p < 0,05$), indicou que há uma associação significativa quanto as variáveis analisadas. A análise foi feita a partir da distribuição percentual de ocorrências das denúncias pesquisadas. De um modo geral, observamos que a violência psicológica, física, negligência, e as duas últimas associadas, ocorre com mais frequência nas famílias menos numerosas. Com isso podemos concluir que nas famílias menos numerosas, a visibilidade do fenômeno fica mais evidenciada. Supõe-se que estas também tenham uma rede de apoio mais restrita, tornando-as mais vulneráveis, contribuindo para o estabelecimento de situações de conflito ou descaso entre seus membros. A violência física aparece predominantemente nas famílias com menor ou com maior número de membros. Reforçando, assim, a representação social da violência física como forma de disciplina aos filhos, justificada como alternativa para colocação de limites em crianças e adolescentes. Martinelli, Gomes, Ferrari (1999,p.337), a partir de reuniões grupais com mães, com idade

variando entre 28 a 60 anos, observou que “ao contrário do que se poderia imaginar, ao lado da intolerância a certos comportamentos dos filhos, evidenciada pelas agressões físicas dirigidas às crianças, estas, por vezes, ainda que não na forma, mas em sua função, geralmente são respaldadas por crenças (regras e auto-normas) morais, aprendidas durante a vida ou trazidas dos contatos com os pais, enquanto ainda moravam com eles, ou através de contatos com outros membros da comunidade”. Por isso, posteriormente, apresentaremos as representações sociais evidenciadas por crianças e adolescentes, em suas redações.

A violência sexual é mais presente nas famílias mais numerosas, talvez indicando menores possibilidades dos genitores em acompanhar adequadamente seus filhos. Este fato, pode indicar menor controle entre as pessoas que convivem na mesma residência, talvez facilitando uma aproximação entre o agressor sexual e a criança ou adolescente. Já que a maior parte destes é uma pessoa próxima à criança, ao qual ela aprende a confiar. O baixo índice de denúncias de violência sexual, no entanto, novamente remete a representação social da família como uma unidade inviolável. E os vínculos familiares estabelecidos nas famílias, podem estar mantidos não apenas pela dependência afetiva, mas também pela mútua dependência entre seus membros por uma questão de sobrevivência.

Na tabela posterior, apresentaremos a distribuição quanto ao vínculo do agressor com a vítima e sua associação com o número de pessoas na família.

TABELA III – Distribuição e associação quanto ao vínculo do agressor com a vítima e o número de pessoas da família. Florianópolis, 1997.

	Número de Pessoas na Família					
	2 a 5 membros		6 a 11 membros			
Agressor	N	%	N	%	Total	%
Mãe	51	49,04	19	31,15	70	42,42
Pai	23	22,12	17	27,87	40	24,24
Casal	10	9,62	15	24,59	25	15,15
Madrasta/Padrasto	12	11,54	7	11,48	19	11,53
Parentes	5	4,80	2	3,27	7	4,24
Comunidade	3	2,88	1	1,64	4	2,42
Total	104	100	61	100	165	100

$X^2 = 9,29$; $gl=4$; $p=0,05$

Quanto ao agressor existe predominância da mãe (70 casos perfazendo 42,42%). Após aparecem o pai (40 casos-24,24%) e o casal (25 casos- 15,15%) embora com uma diferença significativa em relação à mãe. Este fato pode estar associado à maior permanência da mãe no convívio com os filhos. O aparecimento da mãe como principal agressora remete-nos a representação social sobre a maternidade, que associa a figura materna com a responsabilidade de educar e zelar pelo bem estar dos filhos. A representação social a cerca da mãe no relacionamento com os filhos parece abranger tanto autoridade quanto afetividade. Essas representações foram construídas historicamente, perpetuando-se e

legitimando-se dentro do contexto social de cada família.

A figura do padrasto/madrasta não aparece expressivamente, 19 dos 165 atendimentos pesquisados, ou seja, em 11,53% das denúncias de violência contra a criança e adolescente. Romanelli (1997, p.84) constata que: “Na aparência a mãe age como mediadora e representante do pai ocupado com outras atribuições. Mas, na realidade, é na vivência doméstica que marido e esposa paulativamente selecionam, organizam e constroem um repertório de regras, preceitos e orientações comuns às aspirações de ambos e que são aplicados, em especial pela mãe na socialização dos filhos”. Os casos denunciados que possuem como agressores os parentes e a comunidade são raros, obtiveram 4,24 e 2,42% respectivamente.

Os dados do Programa S.O.S. Criança (Florianópolis,1995,1996)) e de uma pesquisa na cidade do Rio de Janeiro (Assis,1994), também apontam a mãe biológica, seguida pelo pai como os agressores mais freqüentes. As práticas de violência contra crianças e adolescentes mais constatadas foram: tapas, bofetadas, empurrões, e tentar bater ou bater com objetos. Outro estudo (Marques,1994), realizado com mães moradoras de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro, constatou o grau de utilização da punição física dos filhos, pois 41% das entrevistadas declaram ter maltratado seus filhos. De acordo com dados do Ministério da Saúde (1993), um estudo realizado nos Estados Unidos em 1988(USA Department of Health and Human Services), indica que 4,9 em cada 1000 crianças/adolescentes foram abusadas fisicamente, 2,1 em 1000 sofreram

violência sexual e 8,1 sofreram negligência. Na Alemanha, em 1984 houveram 18.000 casos e na França 30.000 crianças/adolescentes foram vítimas de violência, no mesmo ano. Segundo Guerra (1990), pais que foram vítimas de violência quando crianças ou adolescentes tendem a reproduzir o padrão de educação determinado pela própria socialização infantil. Um indivíduo criado em um ambiente violento, poderá utilizar a força física como recurso para solucionar conflitos familiares. Isto apresenta a concepção de violência algumas vezes relacionada à necessidade de educar crianças e adolescentes, disciplinando-a.

A tabela III, mostra que há uma associação significativa nos dados pesquisados ($x=9,29$; $gl=4$; $p=0,05$). A mãe apresenta-se mais associada ao ato de violência contra crianças e adolescentes nas famílias mais numerosas e menos numerosas. Romanelli (1997, p.78) em pesquisas com pais indagando sobre o vínculo com os filhos, observou: “Depreende-se dessas falas que a relação entre pais e filhos era mediada pelo exercício da autoridade parental, que tendia a obscurecer e a colocar em segundo plano qualquer expressão de afetividade. Ao mesmo tempo, esses pais afirmam que a relação com a mãe era mais próxima e permeada pela afetividade. Convém explicitar que, de acordo com esses depoimentos, a afetividade materna não se traduzia apenas em manifestações positivas de carinho e afeto, mas concretizava-se também no seu oposto, em punições e reprimendas intensas e, por vezes, bastante violentas. O que diferenciava tais relações daquelas que o genitor mantinha com os filhos era o fato de serem mediadas pela expressão da afetividade materna, proporcionando uma proximidade maior entre a mãe e a prole”. Embora

nas famílias mais numerosas, o casal tem um papel mais importante quanto a violência sobre seus filhos, talvez o número de membros imponha a necessidade de intervenção de pai e mãe nas situações de conflito.

Mas, a mãe ainda aparece como principal agressora também quando relacionamos à idade da vítima, confirmando a mãe associada à tarefa de educação das crianças, como veremos a seguir.

X **TABELA IV**- Relação entre o vínculo do agressor e idade da vítima.
Florianópolis, 1997.

	Idade da Vítima					
	7 a 11 anos		12 a 19anos			
Agressor	N	%	N	%	Total	%
Mãe	49	49,49	21	31,82	70	42,42
Pai	16	16,16	24	36,36	40	24,24
Casal	17	17,17	8	12,12	25	15,15
Madrastra/Padrasto	10	10,1	9	13,64	19	11,53
Parentes	4	4,04	3	4,55	7	4,24
Comunidade	3	3,03	1	1,52	4	2,42
Total	99	100	66	100	165	100

$X^2=10,32$; gl=4; $p<0,03$

O teste qui- quadrado ($x^2=10,32$; gl= 4; $p<0,03$) revela que há uma associação significativa, entre as variáveis. Observa-se que a mãe apresenta-se mais relacionada ao ato de violência contra crianças e

adolescentes, confirmando a figura materna como principal agressora denunciada como vimos anteriormente. Parece-nos que a necessidade de educar os filhos com a utilização de práticas violentas, manifesta-se com mais evidencia quando as vítimas são crianças, para a maioria dos agressores. Embora a mãe seja a principal agressora em relação às crianças, o pai aparece mais envolvido quando as vítimas são adolescentes. Para a madrasta, padrasto, parentes e comunidade, não há participação significativa entre as idades das vítimas. Essa necessidade de cuidar tanto crianças como adolescentes nos indica que as representações sociais a cerca da violência estão diretamente relacionados com a educação/disciplina como veremos na figura a seguir.

TABELA V- Relação entre motivos alegados pelos agressores e número de pessoas na família da vítima. Florianópolis, 1997.

	Número de Pessoas na Família					
	2 a 5 membros		6 a 11 membros			
Motivos Alegados pelo Agressor	N	%	N	%	Total	%
Comportamento da vítima	34	33,66	14	23	48	29,64
Negou	21	20,8	22	36,1	43	26,55
Fatores que pai/mãe/resp. atribuem-se	12	11,88	6	9,83	18	11,11
Alcoolismo/uso de drogas pelo agressor	10	9,9	7	11,5	17	10,5
Para educar	7	6,93	8	13,1	15	9,25
Fatores atribuídos à pai/mãe/resp.	14	13,86	1	1,63	15	9,25
Conflitos conjugais	3	2,97	3	4,93	6	3,7
Total	101	100	61	100	162	100

$$x^2=13,14; \text{ gl}= 6; p<0,05$$

Quanto aos motivos alegados pelo agressor, observados na coluna referente ao total da tabela acima, podemos constatar que há maior frequência nas atribuições ao comportamento da criança/adolescente (48 denúncias). Agrupando as justificativas referentes à educação e comportamento da criança/adolescente obtemos 64 denúncias, perfazendo 55% dos casos. Apenas 11% dos agressores assumem atribuições próprias para a situação de violência, ou seja, admitem terem praticado um ato violento. Esta verificação parece bastante significativa, pois não indica que aqueles considerados agressores reconheçam como violentos os atos que praticaram, sugerindo diferenças entre a representação social da violência presente nas instituições que protegem a criança e o adolescente, e a compartilhada por aqueles envolvidos na denúncia.

Fatores como conflitos conjugais, alcoolismo e aspectos atribuídos a pai/mãe/responsável, somam 23,45% das denúncias pesquisadas.

A negação dos agressores (43 denúncias) também parece corroborar isso, fornecendo indícios de que haja uma naturalização desses atos, podendo estar relacionado às representações sociais relativas à disciplina. Muitas vezes a negação pode traduzir preocupação em ser punido, visto tratar-se de um programa de proteção à criança e adolescente, respaldado por leis.

Na tabela V, o teste qui-quadrado ($\chi^2=13,1$; $gl=6$; $p<0,05$) indicou que existem associações significativas, considerando dados percentuais apresentados. Verificamos que nas famílias menores, são atribuídos problemas de comportamento da criança e adolescente com mais frequência do que naquelas com maior número de pessoas. Também

observamos mais justificativas como alcoolismo, fatores atribuídos à pai/mãe/responsável nas famílias com menor número de membros. Nas famílias menores, encontramos um número significativo de agressores que assumem motivos próprios para a prática de violência. Novamente encontramos as famílias menores como as mais vulneráveis às situações de violência. Ao mesmo tempo é interessante ressaltar que a justificativa da educação para o que foi considerado violência encontra-se nos dois tipos de família evidenciados o uso de práticas violentas como recurso para a disciplina. A negação do ato de violência, aparece tanto nas famílias menores quanto maiores, onde podemos concluir que o questionamento da situação como violenta não depende do número de pessoas na família.

Como coloca Bonin (1987):

“As representações estão ligadas a um sistema de valores, idéias e práticas. Elas orientam os indivíduos, o ajudam a conhecer, interpretar, classificar, ordenar objetos e a justificar atos, tornando inteligível a realidade.”(p.81).

Cada universo familiar cria suas próprias maneiras de se comunicar, regras, ritos, crenças e os atos de violência apresentam-se com várias interpretações para cada membro. De um modo geral, as denúncias pesquisadas revelam aspectos importantes para a construção de imagens e interpretações dos indivíduos envolvidos. A partir do estudo de violência contra crianças e adolescentes

denunciada no município, podemos dizer que as pessoas envolvidas, nem sempre concebem a violência da mesma maneira que o programa de atendimento, um dos indicadores disto é o número expressivo de negações das agressões por parte daqueles considerados agressores.

Por este motivo, procuraremos entender o significado da violência para crianças/adolescentes. Acreditamos que se compreendermos suas representações sociais teremos subsídios para intervir mais adequadamente. Szymanski (1995,p.25), afirma que em cada família existem universos pessoais de significados, e no cotidiano encontramos “ações que são interpretadas num contexto de emoções entrelaçadas com o crivo dos códigos pessoais, familiares e culturais mais amplos. Tais emoções e interpretações geram ações que vão formando um enredo cuja trama compõe o universo do mundo familiar”.

PARTE IV - AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA

Nesta parte relataremos os resultados da análise textual que fizemos, com auxílio do programa informático ALCESTE, das redações escritas pelos participantes da nossa pesquisa. As redações apresentavam como tema a violência, então o material textual nos indicará o sentido do objeto “violência” para os participantes desta pesquisa. O corpus analisado foi composto de 128 unidades de contexto iniciais (UCIs), ou seja 128 redações. Verificamos 2.060 palavras diferentes perfazendo um total de 12.957 ocorrências, o que indica uma média de 6 ocorrências por palavra diferente.

Após a etapa de redução de cada palavra ao seu radical obtivemos 1.386 palavras diferentes. Consideramos a frequência igual a 4 como o nível mínimo para uma palavra ser utilizada nas operações de análise que se seguem, então ficamos com 607 palavras diferentes, sendo que 317 eram palavras “plenas” (substantivos, verbos, adjetivos, etc.), 142 “instrumentais” (artigos, pronomes, preposições, etc.) e 138 eram “palavras-variáveis” (aquelas utilizadas nas linhas de comando que separavam e caracterizavam as redações). Assim as palavras consideradas por esta análise foram aquelas “plenas” (de sentido) e que apresentaram um nível mínimo de compartilhamento entre os participantes do estudo (frequência maior do que 4). O número de ocorrências analisadas foi 5.526.

A seguir apresentaremos os resultados encontrados e analisaremos seus significados. Para isto vamos descrever e analisar os conteúdos das 4 classes, tanto as palavras associadas a cada uma delas (que nos indicam os elementos das representações sociais) quanto as UCEs características (que nos fornece o contexto destes elementos).

A tabela VI apresenta as palavras significativamente associadas a primeira classe. Para construir esta tabela e as outras que seguem, utilizamos a média de ocorrência por palavras diferentes como nível mínimo de freqüência (ou seja, 6) e um qui-quadrado de associação igual ou maior que 3,84 (já que o cálculo da presença ou ausência de uma palavra nas classes é feito com uma tabela de contigência 2x2).

TABELA VI- Elementos característicos da primeira classe da análise hierárquica descendente.

Frequência	Palavras	χ^2
37	Pessoas	28,98
22	Mundo	23,58
21	Coisas	8,35
20	Drogas	12,28
17	Ver	23,49
13	Problema	19,42
11	Causar	8,44
10	Acabar	16,12
10	Levar	10,38
8	Usar	11,02
8	Ajudar	9,17

colegas. Nas casas os pais batem nos filhos, e brigam entre si. Nas ruas há assaltos, acidentes de carro, assassinatos, brigas. E em todos os lugares há racismo, guerras, discriminação social, pessoas que se matam por dinheiro, pessoas que bebem, dirigem bêbados e acabam batendo o carro. A violência nem sempre pode ser prevenida e muitos acabam morrendo por causa disso. As pessoas fazem erros e quando se tocam do que fizeram se arrependem, mas sempre há pessoas que fazem isso por prazer.”

(estudante n.67, escola particular, sexo masculino, 11 anos).

A violência aparece como sendo gerada e se desenvolvendo nas relações sociais, onde a pessoa é ao mesmo tempo sujeito e objeto na sociedade. Os estudantes compreendem a violência como consequência de uma série de fatores sociais, dentro de um processo estrutural e cultural como: preconceito, diferenças sociais e culturais, etc.

As redações referem-se à palavra “problema” colocando a violência como resultado de um processo social complexo, enraizada culturalmente em nossa sociedade. Como um fenômeno abrangente, multifacetado, traduzindo perigo eminente a todos, constitui-se uma dificuldade a ser enfrentada e assumida.

Os indivíduos sempre procuram explicações para classificar e nomear assuntos que são valorizados pelo grupo nas conversações diárias, procurando compreendê-los melhor.

“A violência é muito ruim. No mundo há muita violência. Isso acontece porque alguma pessoa está com problemas.”
(estudante n.116, escola particular, sexo feminino, 10 anos)

Nessa classe, os vocábulos “causa”, “coisas”, remetem à atribuição de causalidade da violência através de justificativas individuais e coletivas, tornando-a compreensível ao grupo transformando-a em algo familiar, facilitando seu entendimento, e estabelecendo diretrizes para a construção das relações sociais diante deste problema. Uma das atribuições feitas pelos estudantes para o ato de violência, refere-se ao uso de drogas. Uma grande parte dos estudantes refere-se ao uso de drogas lícitas e ilícitas desde o cigarro, álcool e outros, com prejuízos ao indivíduo e para a sociedade.

“(…) Existe a violência que as pessoas fazem a si mesmas, utilizando drogas, dirigindo alcoolizado, provocando acidentes de trânsito (podendo levar até a morte).(…)”

(estudante n.76, escola particular, sexo feminino, 11 anos).

“(…) Violência para mim é a consequência das drogas”
(estudante n.71, escola particular, sexo feminino, 10 anos).

Os meios de comunicação também contribuem para essa justificativa, na medida em que evidenciam, quotidianamente, situações envolvendo drogas (seja quanto a sua utilização ou comercialização) e violência. Ainda que a mídia exponha situações envolvendo drogas, a proximidade dos estudantes com elas pode estar mais próxima do que divulgado. O uso de drogas parece fazer parte do cotidiano da infância e juventude, evidenciado no depoimento a seguir:

“(...) Nos bares, a bebida e o fumo influenciam a violência. Hoje em dia, uma festa não acontece sem cocaína, maconha e várias drogas, sem bebida e cigarro.

(...)”

(estudante n. 109, escola particular, sexo feminino, 10 anos).

Ao mesmo tempo, os estudantes como “futuro do nosso planeta”(estudante n.83, escola particular, sexo feminino, 10 anos), evidenciam um senso crítico em relação ao fenômeno da violência, reconhecendo a importância da participação individual e coletiva de cada pessoa, inclusive propondo soluções. Observamos que além de perceberem as situações de violência, os estudantes estabelecem uma postura crítica, posicionando-se contra a sua utilização, pois nas redações usaram as palavras “ajudar”, “pensar”, “conseguir”. Os estudantes manifestam necessidade de mudanças, desejo de não violência, da existência de paz. A utilização das palavras “acabar”, “esperar”, “querer”,

reforçam essa noção. Esses fatores constituem-se importantes na construção das representações sociais da violência e no estabelecimento de diretrizes para programas de intervenção e prevenção. As manifestações dos estudantes, presentes nesta classe de UCEs, demonstram a existência de valores morais.

“(...)Violência não! Círculo da vida, se você ficar na violência o seu ciclo da vida fica pequeno, se sair fica grande.”

(estudante n.53, escola pública, sexo feminino, 12 anos).

“(...) Também cada pessoa não tem controle de si próprio, como por exemplo o pai e a mãe de uma criança são loucos, alcoolizados, sendo assim, com o tempo a criança cresce sem nenhum ensino na vida, pensando que seus pais fazem a coisa mais certa do mundo, daí então o rapaz acaba no mesmo caminho, da violência, drogas, sem controle de si próprio. Por isso o mundo ensina não use drogas, não pratique a violência, se não você acabará no mau caminho. Violência nem morto! Não pratique!”

(estudante n.59, escola particular, sexo feminino, 12 anos)

A mídia tem divulgado campanhas à nível nacional com a participação de estudantes em suas manifestações. Essa mobilização

permite que sejam repensadas as práticas sociais, e a contribuição individual e coletiva das crianças/adolescentes. Em sua maioria empregam adjetivos como forma de demonstração contrária aos atos de violência. Muitos estudantes inclusive sugerem trocar a violência pelo diálogo, como nos depoimentos à seguir:

“(...) Eu vejo a violência como uma coisa super ruim e desnecessária. Porém não temos como evitá-la na nossa sociedade, porque isso depende de cada um. Se todos substituíssem a violência pelo diálogo viveríamos em um mundo melhor. Mas existem pessoas que é praticamente impossível conversar porque se acham o máximo e parecem que gostam de brigar. Se todos ou pelo menos a maioria das pessoas tiverem consciência do mal que a violência gera seria muito melhor. Existe a violência que você estará ajudando a melhorar o mundo. Troque a violência pelo dialogo. Pense como seria melhor um mundo sem violência.”

(estudante n.79, escola particular, sexo feminino, 11anos)

“(...)Então tenha muito amor pelas outras pessoas para acabar com a violência.”

(estudante n.116, escola particular, sexo feminino, 10 anos)

A referência à palavra Brasil, traz uma conotação nacional à um fenômeno mundial indicando a intenção de um país melhor, numa visão otimista, como cita o estudante n.7, escola pública, sexo feminino, 14 anos:

“Eu gostaria que o nosso Brasil mudasse, mas mudar para melhor. Tem muita gente que ajuda a construir um Brasil melhor e se todos juntos fizessem isso tenho certeza que seria melhor.”

A noção da violência como um fenômeno mundial, traduz a necessidade de uma aproximação com a nossa realidade. Ao mesmo tempo, exprimem a preocupação com a situação enfrentada pelo país. Os estudantes expressam anseios de um lugar com melhores condições para a construção de um futuro para seus filhos, como veremos a seguir:

“(...) Quando vejo no colégio duas pessoas brigando eu sempre reflito comigo mesmo: porque eles estão brigando? Porque não estão brincando ou jogando bola? Se todos pensassem assim, inclusive os dois meninos que mencionei que estavam brigando, acredito que ia ser muito mais fácil conviver com as outras pessoas, e não teria problemas com a violência. Espero que quando eu estiver crescido e com filhos, eu possa mostrar um Brasil diferente, sem violência.”

(estudante n 64, escola particular, sexo masculino, 12 anos)

“(...) Acho agora nesse estado que o Brasil está não dá para mudar muito esta violência, mas é bom tentar. Acho que o homem devia ter um pouco mais de paciência e consciência. Hoje só tem tanta violência por causa desses dois aspectos. E se continuar assim as crianças vão ser iguais aos de hoje.”

(estudante n.78, escola particular, sexo feminino, 11 anos)

A primeira classe evidencia aspectos abrangentes de violência, com causas estruturais e culturais, imprime um caráter mais abstrato ao fenômeno. A violência sem fronteiras demarcadas, sem privilégios individuais ou coletivos.

A classe 2, devido ao número de UCEs analisadas, constitui-se na mais importante. Os estudantes mais velhos (14 e 15 anos) estão mais ligados a esta classe do que as demais. A maior parte de UCEs desta classe são de redações de estudantes de escola pública, conforme programa ALCESTE.

TABELA VII - Elementos característicos da segunda classe da análise hierárquica descendente.

Frequência	Palavras	x^2
84	Violência	32,38
59	Casa	30,70
45	Rua	41,73

35	Lugares	55,77
34	Brigar	31,38
33	Existir	16,37
30	Escola	39,03
22	Poder	7,51
21	Acontecer	7,96
19	Matar	11,29
18	Bar	28,41
17	Futebol	36,62
14	Tipos	19,89
11	Jogos	4,72
10	Próprio	11,89
9	Trânsito	15,24
9	Assalto	10,01
8	Alunos	16,73
8	Estupro	5,03
8	Exemplo	3,90
7	Parte	8,45
7	Ocorrer	6,43
7	Maridos	6,43
6	Enfim	12,47
6	Geralmente	6,59
6	Cidades	4,78
6	Time	4,78

Apresentando interpretações de violência tão abrangentes quanto a classe 1, podemos observar noções de “violência” (palavra mais encontrada) relacionada aos locais onde ela ocorre. Os estudantes

compreendem que a violência exista em vários ambientes, o que nos faz supor que esteja presente no cotidiano de cada aluno, que eles vivenciam ou presenciam atos de violência. As freqüências dos verbos “acontecer”, “existir” e “ocorrer” reforçam isto. Observamos a identificação com a palavra “casa”, numa referência ao âmbito doméstico. A freqüência maior desta palavra, em relação às demais, mostra uma preocupação dos estudantes com as situações que ocorrem na família, como indica a redação a seguir:

“Na maioria das vezes, a violência está em casa, a violência na maioria das vezes ocorrem com crianças, espancamentos, é coisa séria, ainda mais em gestantes, menores de idade, em idosos. Se essa violência não acabar muita gente vai se machucar.”

(estudante n.13, escola pública, sexo feminino, 13 anos)

Os estudantes pesquisados, colocam muitas vezes a violência no âmbito doméstico, como desencadeadora de condutas agressivas, manifestadas além do ambiente familiar.

Ainda em relação a compreensão de violência, os estudantes a reconhecem na “rua” ou “cidade” pela possibilidade de assaltos. Em “bar”, “futebol”, “campo”, “trânsito” através de situações violentas, muitas vezes causadas pelo abuso de substâncias químicas:

“(…) Nos lugares de mais violência, assaltos a banco,

jogo de futebol, trânsito, bares, escolas e outros. Assaltos a bancos: são quase sempre a mão armada. Jogo de futebol: a briga sempre parte do time que não é da casa e jogadores agressivos como o Edmundo....Trânsito: batidas, atropelamentos, motoristas folgados e outros. Bares: a briga acontece quase sempre com alguns bêbados sai morte, ferimentos, etc....Escola: Alunos folgados. Tem colégios em que os alunos até levam armas e saem matando.”

(estudante n.86, escola particular, sexo masculino, 12 anos)

Os estudantes em suas redações, relacionam a violência à seus protagonistas, como “alunos”, “maridos”, “times”, “jogos”. E ações destes sujeitos, na referência ao verbo “brigar”. O confronto físico ou verbal através de brigas em várias situações. Novamente encontramos o indivíduo como sujeito e objeto de situações violentas, manifestadas de maneira diferenciada de acordo com o ambiente em que se encontra envolvido.

A referência ao verbo “matar”, demonstra a intensidade expressa pelos estudantes na relação violência e morte.

“Morte. Maridos que matam mulheres que matam maridos.”

(estudante n.19, escola pública, sexo masculino, 11 anos)

“(...)Volta para casa para se vingar dos pais. Em uma noite para estar tudo numa boa, os pais que estavam perocupados já estão bem, mas de repente o menino sente um poder de vingança e mata os pais e volta para a rua. (...).”

(estudante n.80, escola particular, sexo masculino, 11anos)

É relevante salientar que os estudantes mencionam problemas de relacionamento do casal, como forma de violência familiar.

“Em casa entre a família também pode haver violência, e que violência! Em casa, o casal sempre tem uma discussão, não existe esse casal que não briga, eles podem não se agredir, mas uma discussão de vez em quando eles tem. Existe casal que discute e já parte para a briga, e então é assim que acontece a violência e pode até sair morte.(...)”

(estudante n.16, escola pública, sexo feminino, 13 anos)

A violência doméstica aparece com certa dualidade, evidenciado pela violência conjugal e física como forma de educação, como nos exemplos a seguir:

“(...)e ele deu um tapa na cara dela, ela desceu as escadas chorando e no lado do posto de gasolina, o marido dela bateu nela, quebrou os dentes dela, deixou o olho dela roxo e inchado e ela não deu parte na polícia e continua com ele. Isso é amor. Eu tenho uns vizinhos que brigam todo o domingo, ele bate nela, quebra as coisas dela e bate nela, o marido dela é muito bêbado, mas é trabalhador.”

(estudante n. 50, escola pública, sexo feminino, 11 anos)

“(...) Lembro que há um ano atrás na cidade de Canoinhas onde eu morava, meu vizinho pegou o isqueiro e botou fogo no dedos de seus filhos por serem bagunceiros, suas idades eram nove, quatro e três. Outro dia, ele deu uma martelada nos dedos deles. A vizinha histérica, vivia gritando, chamando eles de pestes. Um dia, de manhã, acordei com os gritos dela, olhei pela janela do meu quarto, ela estava correndo atrás do filho de nove anos com uma cinta na mão, pois na minha opinião, eles eram umas pestes.”

(estudante n. 24, escola pública, sexo feminino, 13 anos)

Aparecem nas citações acima duas situações distintas, a primeira a noção de violência conjugal onde as mulheres são submetidas à violência masculina, e normalmente não procuram ajuda. A violência conjugal adquire uma certa normalidade, em função da cultura e posição

ideológica que os membros ocupam na família, reproduzindo relações hierárquicas de gênero e poder. Não podemos deixar de observar que na família como espaço de socialização do ser humano, a violência entre o casal, pode interferir na relação com os filhos e trazer conseqüências nas relações sociais que forem sendo estabelecidas. Perpetuando a violência que será viabilizada como linguagem pelas pessoas envolvidas.

A segunda situação coloca a utilização de violência como prática educacional, fato também visto no capítulo anterior, como justificativa levantada pelos agressores. A transmissão intergeracional fica demonstrada quando o estudante encerra sua redação considerando sua percepção sobre o comportamento das crianças. Ainda que haja compreensão da intensidade dos atos dos pais. A representação social de educação e violência aparecem bastante interligadas tanto no conteúdo das redações como na família, comunidade e sociedade. E nas escolas, onde os estudantes freqüentam regularmente, ocorridas por crianças ou adolescentes. O perigo da violência dentro do grupo ao qual pertencem, merece uma atenção especial dos profissionais, na medida em que as apreensões e reações dos estudantes a essas situações são fatores importantes na socialização da criança e adolescente que vão determinar ações posteriormente. As representações sociais são determinadas nas conversações grupais, onde são construídas e reconstruídas. As representações sociais construídas pelo grupo irão definir sua identidade, e serão fundamentais nas inter-relações sociais. Tanto as pessoas quanto os grupos não são receptores passivos. Ambos pensam por si mesmos, produzem e transmitem suas próprias representações e soluções às

questões que eles próprios colocam (Moscovici, 1984).

“(...)Em escolas muitas vezes acontece também e surge dos motivos mais ridículos, mas o pessoal é revoltado e não sabe se controlar e por mínimos motivos às vezes podem causar até a morte. Não me conformo com isso e não consigo entender essa revolta incontrolada que vem principalmente de adolescentes.(...)”

(estudante n.68, escola particular ,sexo feminino, 12 anos)

Os estudantes também observam vários “tipos” de violência, procurando classificá-la para sua melhor compreensão.

No contexto familiar são evidenciadas formas de violência como a física, sexual, psicológica semelhante ao programa SOS Criança, como veremos nas citações posteriores. No entanto, não encontramos nas redações referência a negligência como forma de violência. Ainda que esta nem sempre se mostre evidente, é a segunda forma de violência denunciada no município.

“(...) Nem sempre a violência é com agressões corporais, mas pode ser também verbal. Quase sempre a violência é verbal, os pais começam a ofender os filhos e assim vai, um irmão ofendendo o outro irmão. E é assim que começa a violência dentro e fora de casa.(...)”

(estudante n. 51, escola pública, sexo feminino, 11 anos)

Parece-nos que a preocupação com a violência sexual, evidenciada pela incidência do vocábulo “estupro” abordada pelos estudantes, pode estar relacionada com a maioria pertencer ao sexo feminino. Ainda que a violência sexual não ocorra apenas com o sexo feminino, existe uma preocupação maior da sociedade com elas. A intensidade desta preocupação fica evidenciada quando referem abuso sexual e estupro na mesma frase, palavras diferentes porém com a mesma conotação. Ao mesmo tempo existe um aumento de denúncias de violência sexual, nos últimos anos, que divulgadas acarretam em maior preocupação da sociedade.

“Dentro de casa há mais violências como o estupro, maus tratos, o espancamento, o assalto e abuso sexual(....)”
(estudante n. 1, escola pública, sexo feminino, 11 anos)

“A violência está em toda a parte, principalmente em muitos lugares, como abuso sexual, estupros, assaltos, roubos, espancamentos em jogos, praias, lojas, joalheria, bancos, casas, adolescentes, apartamentos, escolas,(...)”
(estudante n.3, escola pública, sexo feminino, 13 anos)

Essa classe apresenta manifestações de violência abrangentes, mas com situações concretas de locais, ações e protagonistas da mesma. Expressam uma proximidade maior com os estudantes de escola pública e aqueles com idade entre 14 e 15 anos, através da compreensão de

violência observada nas redações.

TABELA VIII - Elementos característicos da terceira classe da análise hierárquica descendente.

Frequência	Palavras	x^2
12	Dia	25,41
9	Policia	28,18
9	Falar	30,73
7	Deu	47,10
6	Morrer	21,02
6	Tio	21,02
6	Pegar	11,38

Essa classe, caracteriza-se pelo menor número de UCEs analisadas, revelando aspectos menos abrangentes do que as anteriores. Possui como característica o sexo feminino. Aparece nesta classe, noções de tempo evidenciados na palavra “dia”, utilizada para narrar situações,

“(...) Um dia eu estava numa festa junina e um conhecido meu estava lá na festa também e a mulher dele estava com ele e se embbedou e fumou maconha e a mulher dele e ele discutiram.(...)”

(estudante n.50, escola pública, sexo feminino, 11 anos)

“Um dia eu estava vendo o jogo do Avaí lá no estádio e o outro time fez um gol. Daí o moço falou que se o Avaí não fizesse o gol, ele iria jogar um moço lá de cima.(...)”

(estudante n.91, escola particular, sexo masculino, 11 anos)

Os estudantes colocam experiências pessoais nas redações, evidenciam situações que presenciaram ou que lhes foram relatadas por pessoas próximas a eles. Essa é uma particularidade desta classe, pois não apresenta-se tão abrangente quanto as anteriores.

Outra noção manifestada nesta classe, refere-se a “polícia”. Ainda que esta seja tratada de maneira ambígua, ora como segurança, ora como co-autores de violência. Isso talvez possa ser facilitado pela divulgação na imprensa, que freqüentemente, expõe situações de violência envolvendo policiais.

“(...) Eu conheço uma história que uma amiga me contou, ela uma vez estava arrumando a cama e o padrasto dela chegou e estuprou, no outro dia, a polícia foi lá e prendeu ele.(...)”

“(estudante n.32, escola pública, sexo feminino, 13 anos)”

“(...) A violência nas ruas, os próprios policiais ao invés de nos defender eles ajudam a aumentar não são todos, mas alguns”(...)”

(estudante n.7, escola pública, sexo feminino, 13 anos)

“(...)Atualmente, até os policiais violentam pessoas que as vezes são honestas e inocentes.(...)”

(estudante n. 76, escola particular, sexo feminino, 11 anos)

A referência à “polícia” ainda aparece relacionada à impunidade, como coloca o estudante n.63, escola particular, sexo masculino, 11 anos,

“(...)Há algumas violências nas ruas que são para sobreviver mas isso não é muito bom, mas existe aquele que rouba por prazer, violenta crianças por prazer, estas pessoas deveriam estar na cadeia há uma cara, mas tem policiais e senadores também que fazem isto e então eles não são presos esta é a nossa realidade.”

E, numa alusão a violência com parentes, próximas aos estudantes as palavras tio/tia aparecem destacadas. Os estudantes pesquisados relatam situações:

“Vou contar a história do meu tio alcoólatra. Tenho um tio que bebe, ele vai para os bares e bebe muito, passava a noite inteira nos bares, quando ele chegava em casa, muitas vezes já tinha amanhecido ele começava a bater na sua mulher e ameaçava os filhos, mas que eu saiba, ele nunca bateu nos filhos. Eu acho que por causa disso, um dos filhos que era muito inteligente reprovou de ano.(...)”

(estudante n.113, escola particular, sexo feminino, 10 anos)

“Eu conheço uma pessoa que era casado com a minha tia (falecido) ele era muito grosso, ele era muito ciumento, e quando ele bebia ele batia nela, até chegava a colocar uma faca na porta para ninguém entrar. (...)”

(estudante n.95, escola particular, sexo masculino, 11 anos)

A palavra “morte” surge novamente mostrando a intensidade da violência evidenciada pelos estudantes como consequência fatal às situações violentas.

“Na sexta-feira passada fiquei irritado com a reportagem que vi na televisão. Uma moça que pediu cinco reais para cuidar de um bebê, os pais do bebê deixaram a moça cuidar do bebê. Estava tudo bem até o neném começar a chorar, ela se irritou e matou o bebê com o ferro de passar quente na testa da criança. Outra reportagem que vi foi de um pai que teve relações sexuais com as filhas, e dizia que se contasse para mãe podiam morrer. É isso que eu entendo por violência”

(estudante n.102, escola particular, sexo masculino, 11anos).

TABELA IX - Elementos característicos da quarta classe da análise hierárquica descendente.

Frequência	Palavras	x^2
49	Filhos	40,71
48	Pai	28,07
45	Bater	37,60
39	Mãe	48,67
23	Crianças	20,54
18	Chegar	33,14
17	Apanhar	33,94
16	Televisão	20,47
16	Vai	10,72
16	Beber	22,76
14	Menino/menina	14,33
13	Nele	21,00
13	Vizinhos	14,15
11	Vida	16,39
11	Irmão	7,45
9	Vi	11,98
9	Conhecia	9,89
7	Programa	16,65
7	Maltratar	12,88
7	Amigos	6,11
6	Marcas	14,23
6	Assistir	10,54
6	Física	5,90
6	Ano	4,40

Essa classe não apresenta idade, gênero ou escola característica, ou seja, podemos dizer que as representações sociais que dela resultam são mais compartilhadas pelos estudantes do que nas classes anteriores.

A quarta classe demonstra uma noção mais específica de violência, e é bastante significativa pelo número de UCEs analisadas. Os estudantes pesquisados entendem a violência no âmbito doméstico. Pelas frequências apresentadas e sua ligação com contextos mais significativos, tem como noção central a família, através da incidência das palavras “filhos”, “pai”, “mãe”, “crianças”, “menino”. A importância da família e seus papéis sociais ficam evidenciados nesta representação social. O papel social e a responsabilidade da mãe e pai no contexto familiar são evidenciados na frequência das palavras, principalmente na relação pais e filhos. Como mostramos anteriormente, o tipo de família mais envolvido em situações de violência são as compostas pelo casal e filhos, seguidas daquelas constituídas pela mãe e filhos. A mãe aparece como a principal agressora. Essa representação nos revela a importância da família primária e um reconhecimento de que a violência ocorre no seu interior. Reforçam essa noção a utilização dos verbos “bater”, “apanhar” e “maltratar”. A relação família e violência reforça a ideia da transmissão intergeracional, presente nas redações.

“(...) Hoje em dia a violência está em tudo, e vai continuar se os pais não pararem de bater nos seus filhos. Porque como eu falei as crianças vão ser agressivas. Eu tenho uma tia que ela era a maior dos irmãos. Ela pegava

um tridente, fincava no chão, amarrava um irmão e batia nele. Os irmãos não podiam falar para a mãe deles porque ela ameaçava em bater neles. E hoje em dia ela faz tudo isso com os filhos dela. Aonde será que esta violência vai parar?”

(estudante n.94, escola particular, sexo masculino, 11 anos)

“Dentro de casa é onde as pessoas são educadas e o que aprendeu é claro que vai querer fazer na rua e dentro de casa, as pessoas não estão sabendo educar as crianças e o que as pessoas mais estão reparando hoje em dia é o comportamento, a violência é uma delas (...)

(estudante n. 2, escola pública, sexo feminino, 12 anos).

“Eu conheço que a minha vizinha é muito ruim para as gêmeas. Elas tem que trabalhar muito quando elas chegam muito tarde do colégio. A mãe bate, mas bate muito nelas. Eu acho que a mãe delas deve de não bater muito numa filha, a minha mãe é boa, nem ruim, é normal. Como todas as mães do mundo. Umas como as gêmeas são muito maltratadas pela mãe. Eu queria que todas as mães fossem boazinhas, educassem todos os filhos. Violência não, com amor no coração.”

(estudante n.39, escola pública, sexo feminino, 11 anos)

“No ano de 1997, sofri muita violência em casa. Minha mãe me batia com vara de goiabeira: eu apanhava muito. Todos os dias eu corria para a porta do banheiro. Hoje a porta minha mãe teve que consertar, porque eu quebrei. Minhas notas na escola baixaram e, eu sempre usava calça e blusa de manga comprida para não aparecer as marcas. Sabe, sofri muito, minha vida virou um inferno. Eu pensei em entregar minha mãe para a polícia, mas eu não entreguei. Pensei em morar com meu pai, mas não fui. Minha mãe estava louca, foi até parar num hospício; ela vivia tomando calmante. Um dia, minha mãe me bateu com tanta força, no meu dedo, que quebrou; nunca me esqueço. Hoje vivo normal, ela não me bate, mas nunca vou perdô-la.”

(estudante n.87, escola particular, sexo feminino, 12 anos)

Esse último depoimento parece-nos bastante importante no que tange a violência intra-familiar pois evidencia a relação mãe/filho, as conseqüências da situação de violência, e a não ocorrência da denúncia, o que nos leva a saber que o fenômeno é muito mais amplo do que as estatísticas sobre ele.

Os estudantes pesquisados também evidenciam situações em que a violência encontra-se relacionada à forma de educação.

“Porque muitos pais e mães espancam absurdamente. Na minha casa eu sofro bastante com violência física, pois me chamam de veado, bicha e várias outras coisas. Eu não gosto, mas se fosse com eles, eles também não iriam gostar nada também, apanhava muito de minha mãe, mas é porque o sistema nervoso dela é incontrolável, se altera facilmente, então por isso eu não denuncio porque eu sei que eu e meus irmãos incomodamos bastante ela.”

(estudante n.41, escola pública, sexo masculino, 12 anos)

O emprego da primeira pessoa do verbo ver (“vi”), indica que grande parte dos estudantes pesquisados, presenciaram situações de violência.

Nesta classe, observamos novamente a relação da violência familiar com o uso de bebida alcóolica, no emprego do verbo “beber”.

“(...) a violência em casa está crescendo a cada ano, e também em casa, os pais batendo nos filhos só porque fizeram coisa errada, apanham ou só porque o pai bebeu, e ficou bêbado vira e bate no filho.(...)”

(estudante n.62, escola particular, sexo masculino, 12 anos)

“(...) O homem tinha mais três filhos, além do menino, mas só batia nele, porque o menino trancava o pai do lado de fora da casa. Sempre, depois que o pai batia no filho ele pedia desculpas porque, não estava mais bêbado, mas depois quando bebia batia nele de novo.(...)”

(estudante n.93, escola particular, sexo feminino, 11 anos)

Nesta classe as palavras “televisão” e “programa”, aparecem com frequência, utilizadas como meio de conhecer a violência contra crianças e adolescentes, além da transmissão de imagens na construção das representações sociais.

“(...)Algumas vezes as pessoas assistem filmes e vão imitar, mas não lembram que a imagem não é real, no fim eles é que se dão mal”

(estudante n.60, escola particular, sexo masculino, 11 anos)

“Eu não conheço muito bem a violência pois a única violência que eu conheço chega até mim através da televisão.(...)”

(estudante n.64, escola particular, sexo masculino, 12 anos)

“(...) Na minha opinião, a violência nos desenhos animados está prejudicando as crianças, pois quando eles vão brincar de luta, batem nos amigos, etc. Só que as crianças também gostam de assistir televisão e a melhor programação para elas é o desenho animado, mas hoje em dia a televisão é pura violência, então, mães proibem os filhos de assistirem televisão e vão para o vídeo game e jogam jogos violentos. Para melhorar esta situação, eles criaram as onomatopéias, para não mostrar a cena do soco e o sangue. Mas isto não adianta muito. Portanto eu aconselharia as mães a não proibirem os filhos de assistir televisão e sim ensinar brincadeiras legais e interessantes a seus filhos. Assim, eles largavam um pouco a televisão. E diria ao governo que proibissem passar os desenhos animados violentos, para que as crianças aprendessem com os desenhos animados e não se transformassem em ladrões, bandidos, ou traficantes.(...)”

(estudante n.83, escola particular, sexo feminino, 10 anos)

O dendograma (figura 3) mostra as classes 1 e 2 mais associadas, apresentando uma visão mais ampla de violência, enquanto a classe 3 complementa a classe 4, com uma noção menos abrangente.

Podemos dizer que a classe 1 representa a violência como um objeto abstrato, de grande dimensão, freqüentemente sendo observado através dos meios de comunicação, não necessariamente por situações

vivenciadas. Ainda nesta classe, houve a manifestação de mudanças através de valores positivos: paz, diálogo, não violência, intenções de ajudar por um país e mundo melhor. Interessante salientar que a escola particular foi característica desta classe.

A segunda classe, contém representações sociais concretas, ou seja, as redações evidenciam ações, situações vivenciadas. Apesar de serem abrangentes, procura relacionar os locais onde a violência ocorre e as pessoas nela envolvidas. É peculiar à escola pública. Este fato nos faz considerar que há uma diferenciação nas representações sociais de violência conforme as escolas envolvidas na pesquisa. A escola pública parece ter contato mais direto com situações de violência do que os estudantes da escola particular.

Ao mesmo tempo os estudantes que freqüentam a escola particular adotam postura definida contra a violência, manifestada com mais intensidade em relação aos demais sujeitos da pesquisa.

Essa tomada de posições frente a violência, parece-nos importante, na medida em que poderá interferir em relações sociais que se estabelecerão posteriormente. Moscovici (1978), observa que pode-se deduzir o que um indivíduo fará, a partir do que ele diz, e acrescenta:

“Portanto, se uma representação social é uma preparação para a ação, ela não o é na medida em que guia o comportamento, mas sobretudo na medida em que modela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento teve lugar. Ela consegue incutir um sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações em

que está vinculado ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes.”(p.49)

Da 3ª classe não resulta uma representação social de violência, pois possui um conteúdo restrito conforme as UCEs, analisadas. Surge como complementar a 4ª classe e traz em seu conteúdo noções de violência ligados a polícia e morte. Nessa noção pode haver influência da mídia no relato dos estudantes.

A 4ª classe, mostra uma concepção de violência ligada diretamente ao âmbito doméstico, apresentando-se compartilhada, não sendo característica específica de gênero, idade ou escola. Essa representação social nos indica que a violência doméstica é uma realidade vivenciada pela maioria dos estudantes pesquisados. A referência a família primária nos reforça essa afirmação, e mostra a complexidade do problema.

CONCLUSÃO

Frente ao fenômeno da violência contra as crianças e os adolescentes obtivemos algumas características presentes nas denúncias. Estima-se que ela ocorra em todas as classes sociais, e as denúncias pesquisadas corroboram essa afirmativa na medida em que não foi possível relacionar a violência com regiões do município. No entanto, as redações dos estudantes pesquisados, evidenciam o contato mais próximo com a violência relatados por aqueles que freqüentam a escola pública. Este fato nos indica que a visibilidade do fenômeno é menor nas classes mais favorecidas. A não satisfação das necessidades básicas das pessoas com baixo poder aquisitivo, pode ocasionar situações de conflito, onde a violência pode ser utilizada como recurso. As frustrações advindas das constantes perdas e dificuldades enfrentadas podem ter como consequência agressões individuais e coletivas. A suscetibilidade à vivenciar situações de crise, pode ocasionar enfraquecimento das relações estabelecidas, tornando as classes menos favorecidas mais vulneráveis a violência.

A proximidade das residências em alguns locais revela os vizinhos como aqueles que mais convivem e denunciam situações de violência. A tendência de um aumento de denúncias contra a criança e o adolescente indica uma permeabilidade no espaço privado. A família ainda é considerada uma instituição inviolável, porém as denúncias fornecem

maior visibilidade das interações que se desenvolvem no seu interior. As famílias formadas pelo casal e filhos constituem-se na maioria das denúncias pesquisadas.

Embora seja importante salientar que as monoparentais chefiadas pela mãe aparecem logo após, inclusive este tipo de formação familiar cresce seguindo os indicadores estatísticos nacionais. Ao mesmo tempo, as famílias tornaram-se menores, e nesta pesquisa predominam situações de violência física, psicológica e negligência naquelas com menor número de membros. Ainda que este fato necessite de maiores estudos, fornece um indicativo de que os programas de atendimento devem procurar dar mais atenção a este tipo de formação familiar. Tanto os programas de atendimento, quanto de prevenção talvez pudessem dar mais ênfase na intervenção de famílias com menor número de pessoas. As constantes mudanças culturais e sociais, forçaram a família a redefinir seus papéis, interferindo no estabelecimento das relações entre seus membros. Essas transformações podem ter como consequência uma fragilização nos vínculos familiares, fazendo com que os conflitos possam emergir com mais intensidade, inclusive na prática de violência contra a criança e o adolescente. Assim, a visibilidade deste fenômeno torna-se mais evidenciada, principalmente nas denúncias de violência física. A violência psicológica, violência sexual e a negligência necessitam de uma observação mais aprofundada por parte do denunciante, geralmente pessoas que convivem mais diretamente com as famílias. A violência física também é demonstrada nas redações dos estudantes pesquisados, mesmo quando se referem a violência doméstica.

A coerção física, como manifestação mais evidente da violência, é colocada através de brigas, de ações como apanhar, bater e até mesmo matar. A noção da violência parece remeter inicialmente ao ato físico, independente do local onde ocorra. Não podemos deixar de desvincular a questão da disciplina quando nos referimos à violência contra a criança e o adolescente no âmbito familiar. A disciplina fica evidente nos dados estatísticos do Programa SOS Criança e nos relatos dos estudantes. O recurso de utilizar práticas violentas para a educação dos filhos é culturalmente enraizado nas famílias, e geralmente ocorre quando os meios de negociação verbal foram esgotados, ou antes mesmo de serem usados. O uso da violência física, pode levar a família a considerá-la como norma, desenvolvendo uma linguagem a ser utilizada por seus membros em qualquer situação. Na pesquisa documental, as justificativas mais frequentes fornecidas por aqueles considerados agressores, foi o comportamento das vítimas, seguido da negação do ato de violência. Do mesmo modo, as redações dos estudantes pesquisados, algumas vezes, mostraram situações de violência ligadas ao comportamento da criança ou adolescente. As representações sociais dos agressores parece determinar que a prática de violência justifica-se a partir da intenção de educar ou disciplinar. Também observa-se o caráter intergeracional pois os estudantes citaram situações de violência relacionadas ao comportamento dos pais e os filhos. A negação dos agressores, pode ocorrer devido ao receio à punição ou por não conceberem o ato como violência.

¹Em relação ao uso de violência como recurso disciplinar, não podemos deixar de constatar o papel da mãe na dinâmica familiar, visto ser a

principal agressora! Um investimento na figura materna dos profissionais que atuam na área de violência, parece imprescindível.¹ O pai está relacionado à práticas de violência quando a vítima é adolescente. Nas redações dos estudantes a mãe e o pai são citados, porém geralmente este último aparece como agressor da mãe e no envolvimento com o uso de drogas. Dificilmente relatam a mãe como usuária de drogas lícitas ou ilícitas. O uso de drogas como elemento desencadeador ou coadjuvante da violência é manifestado pelos estudantes, demonstrando o convívio direto ou indireto com eles. Em relação a pesquisa documental, observamos que apenas 10,50% dos agressores admitem o uso de violência relacionado ao uso de drogas, ainda que o objetivo do programa SOS Criança possa ter influenciado nesta justificativa. Devido seu caráter de proteção, dificilmente os agressores admitiriam o uso de drogas aos profissionais. Por esse motivo devemos considerar a hipótese destes dados não traduzirem veracidade sobre a realidade encontrada nas famílias pesquisadas. Para os estudantes este contato direto com as drogas é manifestado em suas redações, e talvez seja pouco discutido com familiares e na escola. Parece-nos que está mais presente no cotidiano dos estudantes do que supõem as pessoas envolvidas com a criança e o adolescente. Observamos a falta de capacitação dos professores e funcionários das escolas em tratar deste assunto, muitos procuram os programas de atendimento à crianças e adolescentes na busca de alternativas para prevenir o uso de drogas. Essa procura por subsídios reflete a inexistência de recursos individuais e coletivos, para intervir adequadamente neste aspecto. A família como a escola não encontra

respaldo para o enfrentamento de situações por eles vivenciada. As campanhas publicitárias também parecem ineficazes no combate ao uso de drogas, talvez por não desenvolver uma linguagem reconhecida por crianças e adolescentes. As situações colocadas pelos estudantes nos remetem a necessidade de programas de intervenção nesta área, principalmente direcionados às crianças e adolescentes, bem como seus familiares.

Assim, verificamos que os programas de atendimento às vítimas de violência devem estar constantemente reavaliando seus objetivos. O caráter punitivo pode limitar o atendimento à família como um todo, além de afastar a possibilidade de novas denúncias. As redações dos estudantes corroboram este fato, na medida em que citam relatos de violência e observam que não foram denunciados. O caráter preventivo muitas vezes restringe seu embasamento teórico em dados estatísticos, e como já citamos, estes nem sempre condizem com a realidade vivenciada pelas famílias. Consideramos que não é possível desenvolver atendimento às famílias sem que profissionais e pessoas envolvidas utilizem uma mesma linguagem, o mesmo significado de conceitos básicos, como a compreensão do que é violência. Observamos que seria importante o desenvolvimento de pesquisas junto aos profissionais que atuam nesta área, procurando estudar a representação social de violência, para que seja criada uma mesma linguagem entre pessoas envolvidas, profissionais e programas. Deste modo, dar voz a criança e adolescente parece-nos fundamental para o estabelecimento de diretrizes para realizar um trabalho efetivo de atendimento e prevenção. Os resultados apontam para

uma discussão sobre objetos de estudo, colocando a criança ou adolescente como atores principais e não somente na condição de vítima. Pois como vimos a violência é objeto direto de convivência dos estudantes. Eles são parte integrante de um conjunto de relações sociais e familiares e que muitas vezes enfrentam situações de violência sem saber como lidar com elas.

O incentivo à realização de novas pesquisas na área de violência, faz-se relevante para subsidiar programas destinados a criança, adolescente, família. As informações que poderiam fornecer seriam valiosas para o desenvolvimento de ações efetivas, adequadas à intervenção na realidade, considerando as necessidades e problemas da população atendida. E conhecer o que pensam os usuários de um programa seja ele governamental ou não, é fundamental para estabelecer um contato direto com eles, direcionando atividades específicas e funcionais.

Neste ano, o Programa SOS Criança atendeu em média 37,02% de casos reincidentes, ou seja, famílias que apesar de serem atendidas retornam a envolverem-se em situações de violência. Faz-se necessário um acompanhamento sistemático as pessoas envolvidas nestas situações, pois o aumento de casos reincidentes evidenciam que somente o atendimento emergencial não é suficiente.

O Estatuto da Criança e Adolescente, institui no artigo 87, livro II, título I-da política de atendimento, linhas de ação da política de atendimento. O exercício dos direitos da criança e adolescente fica garantido por um conjunto de ações da sociedade e do Estado, divididas

em cinco linhas de atuação: políticas sociais básicas, políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de violência, serviços de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos e proteção jurídico- social por entidades de defesa dos direitos da criança e adolescente. Fica assim instituída a necessidade de programas de prevenção contra a violência, o que atualmente é pouco realizado no município. No entanto, existe a necessidade de determinar diretrizes para programas de prevenção, que podem começar pelo acompanhamento sistemático as pessoas envolvidas em violência, ao mesmo tempo em que há investimento na informação a partir do conhecimento de crianças e adolescentes para a longo prazo, tentar mudar a realidade em que vivem. Não acreditamos porém em programas que não considerem os subsídios trazidos pelas crianças, adolescentes e seus familiares a cerca das situações por eles vivenciadas. Para que haja uma efetiva intervenção no fenômeno da violência contra a criança e o adolescente no âmbito familiar, devem haver políticas sociais básicas definidas, delimitadas e com recursos para a sua implementação.

Em nossa pesquisa, pretendemos ouvir a opinião sobre violência de crianças e adolescentes, conforme garante artigo 16, livro I, título I das disposições preliminares, que dispõe sobre a liberdade de opinião e expressão. Estimulando-os a expressar sua opinião, estarão não somente exercendo seus direitos de cidadãos, mas posicionando-se frente a um determinado objeto e estabelecendo práticas sociais importantes para a sua formação que serão determinantes na sua vida em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Vania Iza de. Violência sexual intrafamiliar: ainda um segredo? *Texto e contexto*, Florianópolis, vol.8, nº 2, p.404-408, mai/ago, 1999, Editora Ufsc.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. *Pensando a família no Brasil, Da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro/RJ: Dumará Distribuidora de Publicações Ltda., 1994.
- ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- ARIÉS, Philippe. *História da vida privada. Da revolução francesa à primeira guerra*. Vol.4. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA- ABRAPIA- *Maus Tratos contra Crianças e Adolescentes: Proteção e prevenção: guia para educadores*. 2ª edição, Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.
- ASSIS, Simone G. de. Crianças e Adolescentes Violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cadernos de Saúde Pública*, n.10, supl. 1, p.126-134, 1994.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. *A violência doméstica na infância e na adolescência*. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: Problemas teóricos de pesquisa no Brasil. *Temas em Psicologia*, São Paulo, nº 3., p. 127-153, 1993.

- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. *Pele de asno não é só uma história... Um estudo sobre a vitimação sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Editora Rocca, 1988.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane. (orgs.) *Crianças vtimizadas: A síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Editora Iglú, 1989.
- BONIN, Luiz Fernando Rolim. Representações sociais das mães a respeito da criança. *Psicologia e Argumento*, nº VII, ano VI, p.81-95, junho, 1987.
- BRASIL, Código de Menores. Decreto nº 5083 de 1 de Dezembro de 1926.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Publicada em 5 de Outubro de 1988.
- BRASIL, Estatuto da Criança e o Adolescente. Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. *Violência contra a Criança e Adolescente – Proposta Preliminar de Prevenção à Violência Doméstica*, Brasília, 1993.
- BRUSCHINI, Cristina. Teorias críticas, família e violência contra a criança e o adolescente. In.: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do desconhecido*, São Paulo, 1993, Cortez Editora.
- CALDERÓN, Adolfo Inácio e GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Família: a crise de um modelo hegemônico. *Serviço social e sociedade*, São Paulo nº 46, ano XV-Dezembro, p.21-34, 1994, Cortez Editora.
- CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA DO ABCD- CRAMI- Relatórios estatísticos- não publicados, Rio de Janeiro, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência – Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 12ª edição, São Paulo: Editora Ática, 1999.

CUNHA, Janice Machado. Atendimento à crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: impasses, desafios e alternativas. *Texto e Contexto*, Florianópolis, vol.8, nº 2, p. 360-363, mai/ago, 1999, Editora Ufsc.

De MAUSE, Loyde. *The history of childhood*. NY: Harper Torch Books, 1991.

DEL PRIORI, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Universitária Sta. Úrsula, 1985.

DESLANDES, Suely. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. *Cadernos de saúde pública*, São Paulo, vol.10, suplemento 1, p. 177-187, 1999, Fundação Osvaldo Cruz Escola Nacional de Saúde Pública.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2ª edição, 1986.

FLORIANÓPOLIS, Plano Municipal de Assistência – Gestão 1997/2000.

FLORIANÓPOLIS, 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. 1996 (mimeo).

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.

GOLDANI, A M. As famílias Brasileiras, Mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, n.º1, Rio de Janeiro, p.7-22, Fundação Carlos Chagas/Cortez, 1994.

- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), *Síntese de Indicadores de Pesquisa Básica – 1991 e 1996*.
- JODELET, Denise. *Représentations sociales: une domaine en expansion*. Paris: Press Universitaires de France, 1989.
- JOVCHELOVITCH, Sandra e GUARESCH, Pedrinho A. (Org.). *Textos em representação social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Indefense of representations* Londres: School of Economics and Social Psychology, 1996. (mimeo)
- LANE, Silvia T.M.; CODO, Wanderley (Orgs.). *Psicologia social, o homem em movimento*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- LÉVI- STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Editora Vozes, 1976.
- MARQUES, Maria Aparecida Barbosa. *Violência Doméstica contra crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: 1994.
- MARTINELLI, João C. L. G.; FERRARI, Eva M. dos R. G.. A experiência em grupo: buscando formas alternativas à punição. *Texto e Contexto- Florianópolis*, vol.8, nº 2, p.339-34, 1999, Ed.Ufsc.
- MICHAUD, Ives. *A violência*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social, Contribuições para o debate. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, nº 56, ano XVII, 1996, Cortez Editora.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Famílias. *Revista Katalysis*, Florianópolis, nº 02/98, p. 21-26, 1998, Editora Ufsc.

- MOSCOVICI, Serge. *On social representations*. In.: FORGAS, J.P.. Social cognition, perspectives on everyday understanding. Londres: Academic Press, 1981.
- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.
- NORUSIS, M. J. *The SPSS guide to data analysis for release 4*. Chicago: SPSS Inc., 1990.
- ODÁLIA, Nilo. *O que é Violência?*. 6ª ed. São Paulo: Col. 1ºs Passos, Ed. Brasiliense, 1991.
- OLIVEIRA, Isaura Isoldi; LIPPI, Luzia F. Baierl; COSTA, Márcia Regina. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo nº 47, Ano XVI, p. 123-135, abril, 1995, Cortez Editora.
- POSTER, Mark. *Teoria crítica da Família*. Rio de Janeiro; Zahar, 1979.
- REINERT, M. Alceste: *Une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: A.G. de Nerval*. Bulletin de Méthodologie Sociologique, 1990.
- RIZZINI, Irene. *O Século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás, Ministério da Cultura, USU Editora Universitária. Anais 1997.
- ROMANELLI, Geraldo. *Autoridade e poder na família*. In.: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição, 1997, p. 73-88.
- RUSSO, Jane A.. *Assistência e proteção à infância no Brasil: a moralização do Social*. In.: RIZZINI, Irene (Org.). *O menor em debate: Cadernos de cultura*. Rio de Janeiro: Usu/Cesme, 1985.
- SAMARA, Eni. *Casamento e papéis familiares em São Paulo no Séc. XIX*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 37, 1981, Fundação Carlos Chagas.

- SANTA CATARINA. Ministério Público do estado de Santa Catarina. Procuradoria Geral de Justiça. Centro das Promotorias da Infância e Juventude. Inquérito civil Público nº 001/95. Florianópolis, 1995.
- SOUZA, Edinilza R. de. Saúde em foco. *Informe Epidemiológico em Saúde Coletiva, Violência Social, O Olhar da Saúde, Rio de Janeiro*, nº 13, Ano V, p. 2-6, ago, 1996.
- SOUZA FILHO, Edson Alves de. Análise de Representações Sociais. In : SPINK, M. J. et al. O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p.109-145.
- SPIEGEL, Murray. *Probabilidade e estatística*. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1985.
- SZYMANSKI, Heloisa. Teoria e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição, 1997, p.23-27.
- UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. *A infância brasileira nos anos 90*. Brasília, 1998.
- VALA, Jorge. Grupos Sociais e representação social da violência. *Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, Lisboa, vol.4, 4º trimestre, p. 329-342, 1981.
- VELOZ, Maria Cristina Triguero; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações Sociais do Envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, vol.12, n.2, p.479-501, 1999.
- ZENHA, Celeste. Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça. In.: VAINFAS, R. (Org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ANEXOS

03. IDENTIFICAÇÃO DO AGRESSOR

NOME: _____ SEXO: _____ COR: _____

ENDEREÇO _____

IDADE: _____ RELIGIÃO: _____ GRAU DE INSTRUÇÃO: _____

PROFISSÃO: _____ VÍNCULO COM A VÍTIMA: _____

USUÁRIO DE DROGAS/ÁLCOOL?: () SIM () NÃO () SUPOSTA _____

MOTIVO ALEGADO PELO AGRESSOR: _____

Órgãos Acionados: () PM () PC () () HOSPITAL () IML

Houve atendimento médico?: () SIM () NÃO () INTERNAÇÃO - TEMPO: _____

Houve atendimento psicológico?: () SIM () NÃO - LOCAL: _____

Número de atendimentos: _____ Número de faltas: _____ Tempo: _____

Florianópolis, _____ de _____ de _____

Técnico do SOS Criança